

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

CARLOS HELLER MANDEL

O FUTEBOL COMO PORTA DE SAÍDA DA POBREZA?
Analisando indivíduos e organizações

Relatório Final
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Ciclo 2015/2016

Professor-Orientador: Fernando Burgos (GEP)
Campo de Estudo: Administração Pública

São Paulo - SP

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao professor Fernando Burgos – pessoa sem a qual esta pesquisa não existiria. Gostaria de agradecer, de modo geral, seu empenho durante o processo todo – desde que entrei em sua sala perguntando sobre as opções de pesquisa disponibilizadas pela Fundação Getulio Vargas, até a última orientação realizada na cidade de Santos. Vejo o orientador como exemplo de pesquisador, profissional e pessoa, e pelos aprendizados – que extrapolam o tema da presente pesquisa -, só tenho a agradecer.

Também desejo agradecer à minha família pelo apoio dado durante a pesquisa. À minha mãe, principalmente, por ter me incentivado a me envolver com pesquisa enquanto estivesse na faculdade, e por sempre se propor a corrigir meus trabalhos. Ao meu irmão, por sempre proporcionar momentos de relaxamento quando uma pausa no trabalho era necessária – principalmente perto da entrega dos relatórios parcial e final. Ao meu pai, por me incentivar a enxergar os acontecimentos sob outra perspectiva, gerando novos caminhos e possibilidades de pesquisa. À Irene, que sempre manteve tudo em ordem em casa quando eu não podia estar presente devido à pesquisa.

Outro agradecimento muito especial vai para Marinella Burgos, com quem tive oportunidade de estagiar como auxiliar de pesquisa por cerca de um mês. Gostaria de agradecer não só pela experiência, como também pelos textos enviados e por conseguir contatos dentro dos clubes de futebol.

Também gostaria de agradecer aos entrevistados, desde aqueles que permitiram que seu nome fosse citado, como Fernando Fernandes (assistente social do Santos F.C.), Eduardo Musa (profissional de comunicação e ex-gerente de carreira do jogador Neymar) e Gabriel (coordenador das categorias de base de clube pesquisado), como aqueles cuja identidade não será revelada.

Gostaria de agradecer ao CNPq e ao GVpesquisa pela oportunidade e pela disponibilização da bolsa de iniciação científica e, por último, mas não menos importante, à Isolete Rogeski pelo auxílio ao longo deste ano.

RESUMO

O FUTEBOL COMO PORTA DE SAÍDA DA POBREZA? ANALISANDO INDIVÍDUOS E ORGANIZAÇÕES. Carlos Heller Mandel (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP-FGV) e Prof. Dr. Fernando Burgos Pimentel dos Santos (Orientador do Departamento de Gestão Pública - GEP, EAESP-FGV)

[INTRODUÇÃO] Dado que o futebol é uma paixão nacional, e que não raro clubes de futebol se utilizam de histórias de superação de uma situação de vulnerabilidade social para atrair novos talentos, a pesquisa pretende analisar se o futebol pode, de fato, ser uma alternativa de saída da pobreza. Para isso, escolheu-se analisar os testes que os clubes organizam para contratar jogadores para suas categorias de base, uma vez que estes são um marco na vida profissional do atleta. [METODOLOGIA] O trabalho possui dois eixos metodológicos. Para a primeira parte, foi realizada uma revisão bibliográfica das produções acadêmicas nos temas *pobreza*, *exclusão* e *mobilidade social*, e *desenvolvimento por meio do esporte*. O segundo eixo foram as entrevistas semi-estruturadas, realizadas a partir de um levantamento prévio dos testes organizados pelos clubes, com os atores presentes nestas seletivas: funcionários das categorias de base dos clubes, familiares dos atletas que participam das chamadas *peneiras* e empresários de jogadores. Cada entrevista realizada foi analisada à luz da revisão bibliográfica apresentada anteriormente. [RESULTADOS] Os clubes de futebol não são transparentes acerca da disponibilização de informações referentes às seletivas. Além disso, o próprio sistema de seletiva de alguns times inviabiliza que jovens de baixa renda participem dos testes – seja pela cobrança de taxas, ou por obrigar que o jogador e sua família tenham grandes deslocamentos durante uma, ou mais semanas. Assim, tem-se que o investimento familiar para participação de um de seus membros nos testes é grande, assim como o impacto que uma possível contratação gera para o jovem e seus entes próximos. Além disso, percebeu-se que há uma relação predatória com empresários que, apesar de poderem contribuir, também acabam prejudicando a carreira de atletas. Jovens de baixa renda, por terem mais necessidades, apresentam maior vulnerabilidade em relação à ação empresarial. Há uma preocupação institucional de clubes no que diz respeito à formação acadêmica de seus jogadores – que devem concluir o ensino médio, pelo menos. Entretanto, dependendo do talento futebolístico do jovem, esta fica em segundo plano. [CONCLUSÕES] Uma vez que os casos analisados não diziam respeito à famílias em situação de extrema pobreza, não foi possível concluir categoricamente se o futebol pode ou não ser uma porta de saída da pobreza. Foi possível identificar, porém, que existem diversas barreiras que impedem que um jovem cujo rendimento familiar é menor do que um salário mínimo supere sua condição por meio desta prática. Por fim, foi possível perceber que o futebol se configura como uma das oportunidades que se abrem para jovens de todas as classes no que tange a mobilidade social. Embora essa possibilidade seja existente, a carreira futebolística apresenta mais desafios do que a concepção vendida pelos clubes. Assim, não basta apenas nascer com talento para que o futebol se torne um mecanismo de mobilidade social. Existem diversos outros obstáculos entre esta prática esportiva e uma ascensão do indivíduo.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Metodologia.....	7
2.1. Dificuldades do Trabalho de Campo com Futebol.....	11
3. Referencial Teórico.....	14
3.1. Pobreza, Exclusão e Mobilidade Social.....	14
3.1.1. Pobreza.....	15
3.1.2. Exclusão Social.....	20
3.1.3. Mobilidade Social.....	24
3.2. Desenvolvimento por Meio do Esporte.....	27
3.2.1. Panorama Geral.....	28
3.2.2. Algumas críticas sobre o papel do Esporte no Desenvolvimento.....	34
4. A Entrada Oficial no Mundo do Futebol: as “Seletivas”.....	40
4.1. Funcionamento da Peneira.....	40
4.2. Investimento da Família.....	42
4.3. Mudanças na Vida.....	44
4.4. Moradia/Alojamento.....	47
4.5. Conciliação com Estudos.....	49
4.6. Relação com Empresários.....	50
5. Conclusão.....	53
6. Referências Bibliográficas.....	58
7. Anexos.....	61

1. Introdução

Em 2014 o Brasil sediou a Copa do Mundo. O legado deixado para a população foram os estádios modernos, chamados de Arenas. O país teve a oportunidade de, com os milhões de reais recebidos em investimentos, tentar reduzir a desigualdade social por meio da criação de políticas públicas e projetos que visassem o futebol como uma forma de promover integração social. Entretanto, o resultado foi uma competição cujo público alvo acabou sendo a população mais abastada, marginalizando, mais uma vez, os setores mais pobres da sociedade. Não obstante, em regiões próximas aos estádios, milhares de moradores foram desapropriados em prol de obras de infraestrutura para o megaevento. Em números oficiais, o total de desapropriações girou em torno da casa das dez mil. (PORTAL DA COPA, 2014)

Embora esta tenha sido a justificativa do governo, questionou-se se os moradores não foram expulsos em um processo de limpeza social e de gentrificação. Como apontou a então relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU Raquel Rolnik, as remoções foram feitas de modo não transparente, e as compensações financeiras foram inadequadas, deixando poucas opções para os desapropriados. Além disso, aproveitou-se para acabar com moradias que, embora irregulares, abrigavam há décadas uma grande quantidade de pessoas de baixa renda. Deste modo, o único benefício que esta parcela da população poderia ter com o evento – que seria por meio do comércio local – foi retirado quando de suas expulsões. (ROLNIK, 2014)

O caráter elitista do futebol nacional, que se revela em diversos níveis à sociedade, é um dos grandes problemas relacionados a esta prática esportiva. Se por um lado ele é uma paixão tão grande que consegue caracterizar uma nação inteira como na famosa frase “O Brasil é o país do futebol”, por outro valoriza uma pequena parcela da população que consegue pagar os caros ingressos para assistir aos jogos mais disputados - o valor do ingresso da final da Copa do Mundo no Rio de Janeiro, por exemplo, não saiu por menos de R\$ 330,00¹, chegando até a quantia de R\$ 1.980,00. (GE, 2013) Dessa maneira, questiona-se: se o país é do futebol, esse futebol é para quem?

Além de ser uma paixão nacional, o futebol também é encarado como uma forma de romper com o ciclo da pobreza. A fama e, principalmente, os altos salários que acompanham a vida de um jogador tornam esta profissão um sonho para muitas crianças

¹ Neste mesmo ano o salário mínimo era de R\$ 724,00. (IBGE, 2013) Ou seja, o ingresso mais barato para assistir a final do Mundial era o equivalente a cerca de 45,6% da renda mínima.

brasileiras, em especial as que nascem em condições de vulnerabilidade social. O exemplo do atacante Geuvânio ilustra esta situação. Ao se transferir do Santos Futebol Clube para o futebol chinês o jogador revelou que a maior dificuldade de sua carreira foi quando estava dando os primeiros passos no futebol, pois não tinha dinheiro, morava longe do centro de treinamento – cerca de nove quilômetros - e, assim, tinha que montar sua própria bicicleta em um ferro velho para conseguir chegar no horário – isso quando não ia e voltava correndo. Agora, após certo prestígio nacional e com a transferência para o país asiático, o jogador passará a receber cerca de um milhão de reais por mês. (SANTOS FUTEBOL CLUBE, 2016a; GE, 2016)

Casos como este são usados pelos clubes como forma de promoção do trabalho desenvolvido em suas categorias de base. Desta forma, tais instituições exploram os temas do sucesso juvenil e da entrada no mundo do futebol para atrair novos talentos, conforme fica evidente em matéria vinculada pelo próprio Santos Futebol Clube (2016b):

O Santos FC é conhecido mundialmente por revelar grandes craques do futebol. Pensando nos novos talentos que estão por vir, o site do Peixe traz agora, semanalmente, a história de um garoto da base santista. Aspirantes ao time principal, os Meninos da Vila lutam todos os dias para alcançar o sonho de ter o nome gravado na história de um clube mais do que vencedor.

Deste modo, tanto a existente romantização feita pelos clubes, quanto a possibilidade de romper com o ciclo da pobreza por meio do esporte incentivaram a definição do tema da pesquisa.

Visto que existem alguns exemplos de superação da pobreza através do futebol, pode-se argumentar que esta profissão é democrática por requisitar apenas habilidades esportivas. Entretanto esta é uma visão superficial, que não leva em consideração a necessidade de um atleta ter uma infraestrutura de qualidade – tanto esportiva quanto familiar -, nem uma boa alimentação, entre outros. Além disso, também deve-se considerar que a carreira de um jogador é uma das mais traiçoeiras - não apenas pelo fato de que lesões, que fazem parte da vida de um atleta, podem acabar com um futuro promissor - mas também porque o rendimento de um adolescente é instável, e ele pode ser descartado por um time de uma hora para outra.

Por este motivo, o ideal seria que todo aspirante a jogador de futebol tivesse um plano B como opção de carreira. Entretanto, no Brasil atual, não são todos que têm o privilégio de poder seguir uma vida escolar e, ao mesmo tempo, treinar seu esporte preferido. É a partir desta situação que surge uma pergunta: quais são as perspectivas de

um jovem que abdicou de boa parte de sua formação escolar para seguir um sonho que não se concretizou?

Jovens de classe média ou alta, que tenham obtido acesso à educação de qualidade durante sua vida escolar, têm outras oportunidades de carreira para seguir caso não venham a ser jogadores profissionais. Por outro lado, adolescentes em situação de vulnerabilidade social não costumam ter tal opção.

O presente relatório de pesquisa visa responder, com base nas referências bibliográficas e no acompanhamento de casos pontuais e de algumas instituições, à pergunta: O futebol pode ser uma saída da situação de pobreza? Para isto, o relatório está dividido em dois eixos principais, que se ramificam nos tópicos abordados.

A primeira parte diz respeito à revisão de literatura no que tange os conceitos de *pobreza, exclusão e mobilidade social* e de *desenvolvimento por meio do esporte*. Esta parte será essencial para posterior análise do segundo eixo do trabalho, que estuda como a busca por uma carreira futebolística impacta a vida dos atletas e de seus familiares.

Tal impacto é analisado sobre seis perspectivas: a) como funcionam as seletivas de alguns clubes; b) qual é o investimento que uma família deve fazer para ter acesso à este universo; c) quais são as mudanças na vida de um jovem atleta, e em que medida isso afeta seus familiares; d) a questão dos alojamentos disponibilizados pelas instituições de futebol; e) como um jovem consegue conciliar treinos e estudos e qual é a cobrança dos clubes no que tange à educação de seus atletas; e, por fim, f) qual é o papel que os empresários desempenham nesta situação.

2. Metodologia

A ideia inicial para o relatório final deste PIBIC era que a pesquisa fosse dividida em duas grandes partes: a construção do referencial teórico - base da análise - e o trabalho de campo - focado no cotidiano dos clubes e de algumas famílias em situação de vulnerabilidade social.

No que tange a primeira parte do trabalho, a metodologia adotada foi a de leitura e fichamento de autores especialistas nos temas de *pobreza, exclusão e mobilidade social*, e de *desenvolvimento por meio do esporte*.

Já no que concerne a segunda parte, a conduta dos pesquisadores em campo pautou-se, principalmente, nos trabalhos de Thomson (1997) May (2004), Spink (2008) e Rego e Pinzani (2013).

Primeiramente, deve-se ressaltar a importância do trabalho de campo: este se torna não apenas necessário, como também fundamental, a partir do momento em que se percebe que o cotidiano de um indivíduo não se refere ao normal e ao corriqueiro de sua vida. Pelo contrário, todas as ações e acontecimentos de sua existência ocorrem em seu cotidiano - inclusive as situações que queremos estudar.

Assim, “virar as costas para o cotidiano” de alguém - isto é, ignorar a vida inteira dos indivíduos, uma vez que ela se passa em seu cotidiano - “é abrir mão da possibilidade de uma inserção mais caótica no mundo das ações sociais” (SPINK, 2008, p. 71). Sendo assim, a entrevista nos permite entender e analisar mais de perto o que ocorre naquele ambiente e naquela situação que estamos estudando.

Entretanto, como o próprio autor resalta, mesmo que o pesquisador vá a campo com o intuito de ser apenas um observador, sua presença naquele ambiente interfere no objeto de estudo, uma vez que estará adentrando o cotidiano daqueles indivíduos. Assim, a partir do momento em que ele está lá, deve observar a cotidianidade tendo a noção de que ele faz parte deste cotidiano. Assim, a conduta ideal do pesquisador é a de observar como *parte* da situação, não como atuante dela. Da mesma forma, ele não deve ser um observador distante. (SPINK, 2008)

No que tange as conversas desta relação, May (2004) organiza e divide os métodos de se realizar uma entrevista individual em 3 tipos: *estruturada*, *semi-estruturada*, e *não-estruturada*.

A primeira maneira ocorre por meio da realização de um questionário “fechado” utilizado como instrumento de coleta de dados. A intenção é a de controlar um caminho de pensamento do entrevistado, para que seja possível uma análise comparativa. Dessa maneira, é necessário que as perguntas sejam as mesmas e feitas da mesma forma para os entrevistados. Nas entrevistas estruturadas, há maior controle por parte do entrevistador, que deve interferir o mínimo possível, tendo um papel de neutralidade. Sendo assim, é interessante que o pesquisador seja treinado para realizar a entrevista, contaminando-a o menos possível. Para garantir menor interferência externa, é preferível que os entrevistados sejam de certa forma semelhantes, pois devem entender as perguntas. Assim, onde não há grande semelhança entre os grupos, ou onde as pessoas podem ser tímidas para falarem com estranhos esse pode não ser o melhor método. (MAY, 2004)

Nas entrevistas semi-estruturadas, também há uso de questionários - ou seja, as perguntas são especificadas -, mas o entrevistador está mais livre para ir além das

respostas dos entrevistados. Assim, o papel de neutralidade do pesquisador é menor neste método do que nas entrevistas estruturadas, já que neste último tal interferência seria prejudicial para a padronização e comparação dos resultados. Além das perguntas quantitativas, as qualitativas também são aceitas, contribuindo para um diálogo maior e criação de uma relação entre entrevistador e entrevistado. (MAY, 2004)

Já nas entrevistas não-estruturadas não há nenhum roteiro a ser seguido. Assim, é possível que as pré-concepções do entrevistador sejam desafiadas. Além disso, permite que o entrevistado responda como quiser, o que faz com que exista a possibilidade de ele responder algo inesperado, o que dificilmente seria obtido em um modelo estruturado de entrevista. (MAY, 2004)

Esta pesquisa contém entrevistas realizadas utilizando os dois últimos métodos, dependendo de quem estava contando sua história. Quando o entrevistado era alguém ligado à um clube, foi utilizado o método semi-estruturado, enquanto que as conversas com familiares dos jovens atletas foram pautadas em entrevistas não-estruturadas.

Spink (2008) ressalta que não há uma fórmula geral para a realização de uma entrevista:

Ao contrário dos métodos planejados em que se delineia *a priori* um roteiro de perguntas sobre um tema previamente acordado e operacionalmente definido, ser um pesquisador no cotidiano se caracteriza freqüentemente [sic] por conversas espontâneas em encontros situados. (SPINK, 2008, p. 72).

Contudo, não se deve dizer que conversas planejadas sejam melhores ou piores do que as espontâneas. Elas são apenas distintas, mas ambas produzem resultados válidos.

May (2004) ainda aponta três aspectos cruciais para uma realização bem sucedida de entrevistas: acessibilidade, cognição e motivação. Os dois primeiros referem-se ao entrevistado, e o último ao entrevistador.

O primeiro diz respeito ao conhecimento do entrevistado acerca do tema em questão. O autor diz que, apesar de parecer um problema trivial, é recorrente principalmente no método estruturado de entrevistas, já que a falta de tal conhecimento prejudicará a condução da entrevista e conseqüente comparação. É importante apontar que tal problema pode ocorrer não apenas por desconhecimento, como por recusa - grande desgaste emocional, ou motivos pessoais por exemplo. (MAY, 2004)

O segundo aspecto se refere ao reconhecimento do entrevistado como tal: uma vez que a entrevista é um contato social, torna-se necessário que o entrevistado saiba o

que é esperado dele, caso contrário ele pode se sentir desconfortável, o que atrapalhará a entrevista. (MAY, 2004)

A motivação do entrevistador é necessária por dois fatores: primeiramente, os entrevistados estão cedendo parte de seu tempo para que a entrevista ocorra. Sendo assim, o reconhecimento deste esforço em forma de interesse no que está sendo perguntado é essencial como forma de respeito ao entrevistado. Em segundo lugar, quanto mais interesse for demonstrado pelo entrevistador, mais o entrevistado irá cooperar. Dentro da questão da motivação ainda cabe a percepção, por parte do pesquisador, de saber os momentos nos quais pedir uma resposta diretiva (sim-não) e em quais pedir por uma explicação, um exemplo etc. (MAY, 2004)

Adentrando o campo dos resultados e da análise, algumas ressalvas devem ser feitas. Primeiramente, há a questão da interferência do entrevistador na entrevista:

[...] que efeito ele está tendo sobre o entrevistado e, assim, sobre o tipo de material coletado? O seu papel durante a entrevista é o de cientista imparcial ou de amigo e como isso afeta a entrevista? Relacionadas a isso estão as discussões sobre as características dos entrevistadores: qual é a sua idade, o seu sexo, a sua raça e o seu modo de falar? Essa é uma questão importante que afeta diretamente o tipo de informação produzida. (MAY, 2004, p. 153)

Em segundo lugar, deve-se ter em consideração que as memórias orais são influenciadas pela cultura do entrevistado, pelo local em que vive, e pela história que ele quer moldar de si próprio. Assim, experiências iguais vividas por duas pessoas diferentes podem afetá-las de formas completamente opostas. Ademais, um mesmo indivíduo pode relatar a mesma experiência de maneiras diferentes após um certo intervalo de tempo. Esta observação é importante, e deve ser percebida ao se analisar o trabalho de campo, para entender as transformações pelas quais o indivíduo passou. (THOMSON, 1997).

Por fim, mesmo após a contextualização da entrevista e do entrevistado, é necessário ressaltar que o relato de uma ação não é a ação em si. Neste sentido,

[A entrevista é] uma tentativa de produzir uma situação social falsa que não tem validade além dela mesma; não pode ser assumido que elas produzam dados que refletem um mundo real além da interpretação. [... Assim,] dados derivados das entrevistas não são simplesmente peças de informação 'precisas' ou 'distorcidas', mas fornecem ao pesquisador meios de analisar os modos pelos quais as pessoas percebem os eventos e as relações e as razões que oferecem para assim fazê-lo. (MAY, 2004, p.169; p. 172)

Uma vez que a pesquisa visa o contato com famílias em situação de vulnerabilidade social, uma última consideração trazida por Rego e Panzini (2013)

torna-se essencial: é importante que o pesquisador tenha a noção de que não deve falar em nome de, ou tentar desempenhar o papel de representante dos pobres, uma vez que é difícil conseguir ter uma percepção de fora da sua realidade para que se permita criticar a sociedade em que se vive; Ou seja, é necessário realizar a pesquisa de forma que a voz das vítimas dos mecanismos sejam ouvidas, tendo-se em mente que há a possibilidade que esta mesma voz tenha sido distorcida por estes mesmos mecanismos:

[O pesquisador deve] ficar livre dos mecanismos de dominação ou de alienação que pretende analisar e denunciar, se não quer correr o risco de ser presa deles, como o especialista que se limita a pensar nos moldes e segundo as categorias lógicas da própria sociedade [...] O que pode chamar a atenção do observador como resultado de uma injustiça pode ser interpretado de maneira bem diferente pelas próprias pessoas que são vítimas da injustiça. (p. 29)

2.1. Dificuldades do Trabalho de Campo com Futebol

Inicialmente, a segunda parte do relatório consistiria na realização de um trabalho de campo com o objetivo de acompanhar famílias cujos filhos estavam no processo de seleção dos clubes de futebol – as chamadas peneiras.

Para tanto, os pesquisadores pretendiam, após um levantamento de informações acerca de diversos testes de futebol existentes em escolinhas, times profissionais e empresas que concedem bolsas universitárias nos Estados Unidos², decidir quais peneiras analisar. A ideia era conversar com um superintendente das categorias de base do clube escolhido antes da realização das entrevistas. Isto serviria para garantir o acesso às seletivas, sem o risco de que regras institucionais fossem descumpridas pelos pesquisadores.

A obtenção destas informações configurou a primeira dificuldade encontrada. Foi constatado que, de modo geral, os clubes não são transparentes no que diz respeito às questões relacionadas aos testes. Descobrir o contato do responsável pela base do clube era mais difícil ainda. Deste modo, questiona-se: se os informes relacionados às seletivas são disponibilizados apenas pela internet, e se seu conteúdo não responde todas as dúvidas possíveis, como um jovem em condição de vulnerabilidade social consegue descobrir as informações necessárias para poder realizar o teste? Adendo a esta situação soma-se o fato de que os telefonemas realizados para a central das categorias de base raramente foram atendidos ao longo da pesquisa.

² O quadro completo com a relação das peneiras pode ser visto na seção 7. *Anexos*.

Além da dificuldade em obter as informações, outra constatação feita foi de que em muitos casos o próprio sistema da peneira impossibilita que jovens pobres participem delas. Determinada empresa cobrava uma taxa de 180,00 reais para a inscrição do atleta, por exemplo. Já outro clube requisitava uma conversa pessoal do responsável pelo adolescente com o coordenador das categorias de base, em dia de semana e sem hora marcada, durante o horário comercial – tornando-se um grande obstáculo para pais e mães que trabalham neste período do dia.

Desta maneira, percebe-se que a falta de informações disponíveis sobre as peneiras aliada à exclusão que o próprio sistema impõe através de requisitos básicos já formam a primeira barreira entre o adolescente e uma carreira de jogador de futebol.

No que tange a realização da pesquisa, após a análise das datas das peneiras, foi decidido que o clube cuja seletiva seria acompanhada seria o Sport Club Corinthians Paulista. Conforme discorrido acima, a dificuldade em obter o contato do superintendente da categoria de base para uma conversa inicial foi considerável. Adiantando que tal situação poderia ocorrer, foram tentados dois caminhos: o primeiro, via os canais oficiais do clube: *site*, telefone e *e-mail*; e o segundo por meio de contatos pessoais com conhecidos que têm trânsito e acesso ao Corinthians.

Após grande insistência nos canais de comunicação do clube foi possível obter o endereço de *e-mail* do responsável pelas categorias de base, que não respondeu à solicitação de conversa feita pelos pesquisadores. Vale ressaltar que, ao mandar um *e-mail* para o clube, a instrução foi de que a solicitação deveria ser encaminhada para a área de comunicação do clube. Mesmo seguindo o caminho indicado pela própria instituição, não houve resposta. O contato do superintendente só foi obtido após algumas ligações feitas para o atendimento telefônico do clube. Já o segundo caminho também não resultou em nenhuma conexão dentro do Corinthians

Assim, retomando às informações obtidas anteriormente acerca da realização dos testes, foi decidido que seriam analisadas as peneiras do Santos Futebol Clube. Novamente, os dois caminhos foram tentados e, novamente, apenas o primeiro deu resultado. Apesar de ter obtido o telefone do responsável pelas categorias de base e de ter tentado o contato exaustivamente – foram feitas, pelo menos, 20 ligações entre outubro e dezembro de 2015 - nenhuma ligação foi atendida.

Paralelamente, foi descoberto que o clube possuía um Centro de Estudos para adolescentes. Assim, foi feito um levantamento de informações acerca de sua atuação, e se descobriu que este é responsável pela realização de um trabalho de suporte

educacional e psicológico aos atletas da categoria de base, e de assistência social com os atletas e seus familiares. Sendo assim, tendo em vista o objetivo de conseguir conversar com algumas destas famílias, foi tentado uma conversa com funcionários do CE.

O contato com eles foi fácil. Entretanto, como o clube estava na final de todos os campeonatos da categoria de base - algo inédito até aquele ano - o setor das categorias de base estava com muito trabalho, e não havia a possibilidade de receberem pesquisadores antes do início de 2016. Assim, foi realizada, no final do mês de janeiro, uma visita ao CE, na qual foi possível constatar que o clube possui um levantamento interessante das condições sociais de seus atletas de base. Isso permite que o clube crie categorias visando a realização de ações específicas para cada grupo.

O material apresentado era de extremo interesse para os pesquisadores, pois continha informações que auxiliariam a formulação de algumas respostas às perguntas cujo presente trabalho visa responder. Entretanto, o clube tem uma política restrita de liberação de informações. Ao longo do primeiro trimestre de 2016 foi realizada uma negociação com os responsáveis pela área que, mesmo com uma carta oficial assinada pelo professor responsável explicando como as informações seriam utilizadas e disponibilizadas, negaram a possibilidade destes dados serem repassados para esta pesquisa.

Durante esta negociação, felizmente, foi autorizada a ida à campo por conta própria dos pesquisadores, para conversar com os familiares que estivessem acompanhando os jovens durante as peneiras. Novamente, as informações referentes às datas das seletivas foram de difícil acesso visto que os telefonemas feitos – foram realizados, novamente, mais de 20 ao longo do trimestre – não foram atendidos. Assim, seguindo uma informação disponível em notícia publicada no site do clube meses antes, foi tentada a observação de uma peneira do Santos F.C.

O lugar marcado para a realização de teste, contudo, foi alterado, e nem os próprios funcionários do clube sabiam informar aonde este seria feito. Desta maneira, não foi possível observar a seletiva nesta data.

É importante notar que tais seletivas ocorrem no clube uma vez por mês. Sendo assim, nos meses seguintes, para que a ida à cidade de Santos não fosse em vão, foi tentado novamente o contato com o clube para confirmar as informações publicadas no site no início de janeiro de 2016. Os telefonemas, mais uma vez, não foram atendidos.

Percebe-se, portanto, que as dificuldades encontradas não o foram por se tratar de determinado período – no qual as categorias de base dos clubes poderiam estar com

excesso de trabalho. A falta de informações e de respostas pelos canais oficiais dos clubes ao longo do ano revela uma falha na comunicação destes com os interessados em participar das peneiras.

Por fim, outra dificuldade encontrada foi o contato com políticos relacionados ao futebol para a realização de entrevistas sobre o tema. Após diversas ligações e *e-mails* enviados, a assessoria do senador Romário Faria (PSC-RJ) informou que, devido à sua agenda lotada, ele não se disponibiliza para conceder entrevistas para trabalhos acadêmicos. Já a secretária do deputado federal Andrés Sanchez (PT-SP), ex-presidente do Corinthians, apesar de não ter negado a possibilidade da entrevista, também utilizou-se do argumento da agenda sobrecarregada para justificar a demora para marcar uma reunião. Após quatro meses de espera, a tentativa de entrevista foi cancelada pelos pesquisadores.

Já na reta final da pesquisa, outros contatos pessoais foram mais frutíferos e conseguiram disponibilizar algumas conexões de funcionários de clubes de futebol, que aceitaram conversar mediante anonimato.

3. Referencial Teórico

A base teórica deste trabalho pode ser dividida em duas etapas: enquanto a primeira aborda os conceitos de *pobreza, exclusão e mobilidade social*, a segunda dialoga mais com o futebol, trazendo análises acerca de como o esporte pode ser uma estratégia de desenvolvimento social.

3.1. Pobreza, Exclusão e Mobilidade Social

Ao tratar destes temas é importante ressaltar que, embora muitas vezes pobreza e exclusão sejam utilizados como sinônimos, os termos não têm o mesmo significado. De acordo com Brugué, Gomà e Subirats (2002), a *exclusão social* engloba *pobreza*, mas vai além:

[...] la exclusión social se define también por la imposibilidad o dificultad intensa de acceder a los mecanismos de desarrollo personal e inserción socio-comunitaria y a los sistemas preestablecidos de protección. (BRUGUÉ; GOMÀ; SUBIRATS, 2002. p.9)

Sendo assim, torna-se interessante começar a explicação pelo tema da pobreza, para depois analisar a exclusão social. Já a mobilidade refere-se à possibilidade dos indivíduos mudarem de posição no estrato social, seja para cima, ou para baixo.

3.1.1. Pobreza

Para fins didáticos, a explicação será dividida em dois segmentos: no primeiro será discutida a questão da definição do termo *pobreza*, e os problemas com sua concepção. No segundo, serão apresentadas as teorias pelas quais a pobreza é explicada.

3.1.1.1. Definição

De modo simples, Fields (2001) define o indivíduo pobre como aquele que não consegue arranjar recursos para satisfazer suas necessidades básicas. Bradshaw (2007, p. 9) segue a mesma linha de raciocínio, definindo pobreza como “the lack of necessities”. Entretanto, o próprio autor faz a ressalva de que não há um conjunto de necessidades que seja padrão para todas as pessoas do mundo. Uma vez que nem sempre a necessidade de um indivíduo é a mesma do que a de um segundo - devido às preferências individuais e questões sociais -, torna-se necessário adotar uma definição mais relativa para este conceito.

Desta maneira, o termo pobreza passou a ser associado a uma questão de renda: os pobres seriam aqueles cujos vencimentos eram baixos, ou seja, que possuíam pouco dinheiro. (BRASDHAW, 2007). Esta baixa quantia monetária seria insuficiente para que eles conseguissem comprar uma “cesta” contendo suas necessidades básicas. (FIELDS, 2001). O cálculo para se chegar ao valor de tal “cesta de necessidades básicas” foge aos objetivos do presente trabalho. Entretanto, o aspecto importante trazido por este conceito é que ele definiu a linha de pobreza: as remunerações abaixo deste valor indicariam uma situação de pobreza. Como tentativa de padronização do valor dentro do território, o cálculo presente em Fields (2001) foi abandonado, e passou-se a associar tal quantia a uma medida definida por políticos do governo federal do quanto uma família deveria receber anualmente para sobreviver.

Nota-se que existem alguns problemas com esta definição: primeiramente, seu caráter de dominação: uma elite categorizando e estigmatizando os pobres, tirando o foco da natureza política da disparidade social e econômica (BRADSHAW, 2010). Dentro disso, Rego e Pinzani (2013) trazem duas questões: a primeira diz respeito à tensão na qual os pobres vivem: por um lado, o sistema econômico de uma classe dominante os prejudica; por outro, são incentivados - lê-se forçados - a se considerarem como parte deste sistema, tendo que obedecer suas normas e regras. Ou seja, são obrigados a legitimarem um sistema que os segrega. A segunda reflexão é proveniente de Renault (2008 *apud* REGO, PINZANI, 2013), que diz que esta mesma classe

dominante consegue impor sua concepção de mundo perante os pobres, isentando-se da responsabilidade que seu arranjo institucional é causador desta situação de pobreza.

Uma segunda crítica pode ser feita à definição supracitada: como estados e cidades dentro dos países possuem realidades econômicas e características sociais distintas, continua-se com o problema da relatividade da definição, uma vez que o mínimo necessário para se viver em uma comunidade ribeirinha é diferente do que é preciso para se sustentar em uma metrópole, por exemplo.

Por fim, deve-se ressaltar que a renda não é o único parâmetro para se medir bem-estar da população, ao mesmo tempo em que a presença de renda não é garantia absoluta perante algumas dificuldades - como o sistema de saúde dos Estados Unidos, por exemplo. (REGO, PINZANI, 2013)

Tentando solucionar esta última crítica, pensou-se em associar a linha de pobreza absoluta a um determinado nível de nutrição, e não de renda. A visão que suporta este método defende a tese de que o parâmetro é universal, visto que todos indivíduos precisam comer. Entretanto, novamente há problemas com tal abordagem, uma vez que esta leva em consideração apenas o básico necessário para sobreviver e, uma vez que gastos energéticos variam de indivíduo para indivíduo e que não são os mesmos para pessoas inter e intra países, o método torna-se pouco confiável.

Assim, Rego e Pinzani (2013, p. 149) sugerem outra definição para este termo – fugindo do conceito de linha de pobreza -, ao separar o conceito em primário e secundário. A primeira diz respeito à “dificuldade ou impossibilidade de satisfazer necessidades básicas, como nutrição, moradia etc, por meio da renda” - definição semelhante à primeira apresentada, com o acréscimo do fator renda. Já a segunda diz que “quando sua renda é suficiente em si para satisfazer as necessidades, os pobres não conseguem fazê-lo por razões não imediatamente ligadas à renda”. Os autores ainda discorrem sobre características comuns da pobreza, tais como: acesso nulo ou irregular à renda derivante de um trabalho regular, trabalho infantil, abandono escolar e alta natalidade.

Para estes dois autores, além da renda, a pobreza também está associada a outro fator: um nível básico de autonomia individual. Este está associado com a possibilidade do indivíduo realizar escolhas livres, sem ser constrangido pela falta de recursos básicos, sejam eles materiais ou intelectuais. Um exemplo trivial da falta de autonomia seria o uso de uma bicicleta, por exemplo. Enquanto uma pessoa rica pode ir ao trabalho pedalando por ser *ecofriendly* - ou seja, por escolha própria -, um pobre iria de bicicleta

até seu emprego por esta ser sua única opção de locomoção. O conceito de autonomia individual vai mais além: diz respeito à capacidade do indivíduo conseguir cuidar de si e de sua família sem precisar do auxílio de terceiros.

Dentre os autores que também olham para outros fatores que não a renda para abordar a pobreza destacam-se Simmel (*apud* Paugam, 2007) e Paugam (2007). O primeiro aponta que a abordagem do ponto de vista monetário pode acarretar em diversas distorções. Deste modo, enxerga que a pobreza está relacionada à dependência do indivíduo de uma assistência social - o que torna a torna um processo, e não uma situação estática.

Assim, o autor categoriza o pobre em 3 tipos: os marginais, os frágeis e os assistidos. O primeiro grupo é formado pelos *marginais*, ou seja, aqueles que vivem em situação de ruptura social, incluindo a familiar e a institucional – estando à margem da sociedade. Deste modo, necessitariam de intervenção direta dirigida a eles, mas normalmente são bastante reativos aos serviços disponibilizados. Esta situação é caracterizada por uma situação cheia de dificuldades, na qual o indivíduo se encontra fora da rede de proteção (assistência). A marginalização é o “fim da linha”, na qual se tem dificuldades de saúde, de obter emprego, entre outros.

Já os *frágeis* correspondem ao segundo grupo: são aqueles que necessitam de relações pontuais com serviços de assistência, mas que possuem um certo nível de autonomia. Por este motivo, o fracasso que acarreta nestas assistências pontuais é motivo de vergonha para o indivíduo que vai adquirindo consciência da distância que o separa do resto da população, e o faz ter a sensação de que todos também o percebem. Sendo assim, acaba por se isolar cada vez mais da sociedade, rompendo laços sociais e das redes de proteção social, adentrando uma situação de marginalização.

Os *assistidos*, por sua vez, formam o terceiro grupo. Estes são os dependentes dos serviços sociais, que constroem uma relação regular com estes. A pobreza assistida está relacionada com desesperança por parte do indivíduo em sair daquela situação, o que faz com que ele desista de conseguir emprego.

Estes níveis de assistência estão associados ao exposto por Rego e Pinzani (2013), que dizem que uma das características definidoras do pobre é a vergonha por se reconhecer como tal. A própria assistência pressupõe a falta de autonomia do pobre, o rotula como alguém necessitado e faz com que ele se sinta envergonhado por estar nesta situação. Simmel ainda observa que a própria entrada nestes tipos de programa é vista

como algo humilhante pelo indivíduo, pois o coloca em uma situação de inferioridade perante o resto da sociedade.

Já Paugam (2007) concorda com o cenário pintado por Simmel, mas vai além: para ele, existem três tipos de pobreza: a integrada, a marginal e a desqualificadora:

Na primeira (*integrada*), a sociedade convive com ela de maneira permanente e reproduzindo-a em seu cotidiano. Sendo assim, é a condição social de grande parte da população que ainda está dentro das redes sociais de assistência. A segunda (*marginal*) é menos visível do que a anterior e nela estão os “esquecidos” dos processos de crescimento. Isso ocorre, em certa medida, devido a um grau de inadaptação social. Os pertencentes a este grupo são muito estigmatizados, e formam pequena parte da população. Por fim, por serem minoria, se marginalizam e não conseguem questionar o funcionamento da ordem social. A pobreza desqualificadora é representada como uma queda ou um fracasso social, constituindo uma identidade negativa desses pobres e assim, contribuindo para a fragilização dos laços sociais.

Por fim, cabe uma menção à associação importante que Rego e Pinzani (2013) fazem da pobreza e da falta de voz na sociedade. De acordo com os autores, a linguagem é fundamental para a afirmação da dignidade humana. Dentro disso, tem-se que:

[Todos] devem ter capacidade e possibilidade de exercer críticas, de exigir justificativas, e de esclarecer sua posição em relação à realidade sentida e vivida por eles como injusta. (REGO; PINZANI, 2013 p. 33)

Na sociedade, existe a visão de que os pobres talvez não sejam bons juízes de sua situação justamente porque a pobreza pode lhes impedir um julgamento adequado - e assim talvez sua visão de seus problemas e consequentes resoluções sejam distorcidas. Contudo, tal visão não é exclusiva a eles. Os ricos passam por esta mesma situação. O que difere estas camadas sociais neste aspecto é que o pobre carrega o estigma da visão distorcida, e assim é visto como incapaz, o que lhe atribui humilhação e vergonha. Disso resulta a enorme dificuldade que os pobres têm de levantar sua voz, pois para isso precisariam de um mínimo de autoestima que lhes é negada:

A privação de voz equivale à falta de reconhecimento do indivíduo como sujeito por parte daqueles que o silenciam ou não querem ouvi-lo ou até não querem vê-lo, como se além do silêncio lhe fosse imposta a invisibilidade. (REGO; PINZANI, 2013 p. 35)

3.1.1.2. Teorias Sobre a Origem da Pobreza

Uma vez feita a contextualização da discussão presente na definição do termo *pobreza*, cabe uma breve análise acerca das teorias que explicam sua origem - que será feita com base no trabalho de Bradshaw (2007).

Segundo o sociólogo americano, são cinco as explicações que lincam elementos suficientes para serem consideradas teorias. A primeira delas culpabiliza o indivíduo por sua pobreza. Sendo assim, a incompetência, a preguiça e más escolhas individuais são responsáveis pela falta de renda do indivíduo. Seu princípio básico é de que a competição presente na sociedade premia os esforçados, e pune aqueles que por deficiências individuais não prosperam. Tal teoria é muito alinhada com os pensamentos liberais, ao defender *the Horatio Ager mith*, que diz que “qualquer indivíduo pode ser bem sucedido com trabalho árduo e habilidades, e que os únicos requisitos para o sucesso são a persistência e a motivação”. (BRADSHAW, 2007. p. 13 - tradução do autor) Rego e Pinzani (2013) elencam que este é o discurso imposto pela sociedade - neste sentido, volta-se à questão do caráter de dominação que está associado ao termo pobreza. De acordo com os dois autores, o pobre é responsabilizado por sua própria miséria. Esta seria proveniente, entre outros aspectos, do mau uso do dinheiro e de más práticas sexuais - como ter mais filhos do que pode sustentar. Enquanto isso, as práticas das classes dominantes como o consumismo e a liberdade sexual não recebem tais críticas.

A segunda teoria é a cultural: de acordo com ela, existe uma cultura da pobreza, que é transmitida de geração em geração, e nela estariam contidas crenças, valores e habilidades. Tal cultura seria gerada socialmente, mas ficaria contida no indivíduo. Desta maneira, se assemelha a teoria individual. A diferença entre elas é que esta trata os indivíduos como vítimas de tal cultura, sendo assim isentos de culpa. A chamada cultura da pobreza seria então uma subcultura da sociedade, estando a sua margem. (BRADSHAW, 2007)

A terceira teoria responsabiliza a estrutura político-econômica pela origem da pobreza. De acordo com ela, as instituições sociais geram barreiras que impedem a ascensão dos pobres a melhores empregos e, conseqüentemente, a uma maior remuneração - que aumentaria sua qualidade de vida. A falta de oportunidades e de recursos, portanto, seria responsável pela pobreza social. (BRADSHAW, 2007)

A quarta teoria descrita por Bradshaw (2007) é a geográfica. De acordo com ela, há disparidades de oportunidades entre áreas geográficas. Isto ocorreria devido à

concentração de recursos em algumas poucas regiões. Esta explicação explicita que isso ocorre desde níveis municipais - como favelas em grandes cidades -, até mundiais - como o terceiro-mundo. Além de menos recursos, tais áreas não possuem o poder necessário para reverter tal situação. Assim, percebe-se um “efeito bola de neve”: enquanto investimentos vão para as melhores áreas, o crime e a pobreza se alastram nas zonas periféricas. Há também a questão da migração de conhecimento, na qual indivíduos com melhores habilidades deixam tais zonas em busca de melhores oportunidades nas áreas ricas. É importante notar que essa teoria apenas complementa as demais, não se opondo a nenhuma delas.

A quinta e última teoria é a mais complexa e apresenta elementos de todas as anteriores. A teoria cíclica/cumulativa explica a pobreza por meio da interdependência de alguns fatores. Devido a esta relação, qualquer acontecimento que porventura deixe o trabalhador desempregado gerará uma cascata de eventos problemáticos que aumentará ainda mais o nível de pobreza deste indivíduo. As consequências desta espiral de eventos poderá influenciar negativamente a economia como um todo. O fechamento de uma fábrica, por exemplo, deixará cidadãos desempregados. Estes terão que buscar sub-empregos de má remuneração. A qualidade de vida da família cai, assim como a educação que seus filhos recebem (torna-se impossível pagar uma escola particular). Os gastos das famílias tornam-se menores, assim como o lucro de outras firmas. Estas passam a contratar e especializar menos trabalhadores, o que aumenta a pobreza no bairro, que passa a receber menos investimentos, e esta situação vai se agravando. Em suma, todos os fatores apresentados nas outras teorias tem o potencial de gerar este ciclo. Nas palavras do próprio autor:

As a theory of poverty, the cyclical theory shows how multiple problems cumulate, and it allows speculation that if one of the linkages in the spiral were broken, the cycle would not continue. The problem is that the linkages are hard to break because each is reinforced by other parts of the spiraling system. (BRADSHAW, 2007, p. 20)

3.1.2. Exclusão Social

Los nuevos pobres no tienen espacio en la sociedad, ni arriba ni abajo ni muy abajo, y, por lo tanto, se les deja fuera, excluidos. Aparece así un nuevo y más cruel eje de desigualdad: entre los de dentro y los de fuera, los que forman parte y los excluidos, los in y los out. (BRUGUÉ, 2010, p. 4)

Partindo da definição supraescrita de exclusão social, pode-se reservar alguns parágrafos para a discussão da origem do termo. Brugué (2010) associa-o ao surgimento das novas classes médias, provenientes do desenvolvimento do Estado de bem-estar social.

De acordo com o autor, a passagem por esta forma de organização política e econômica gerou mudanças profundas na sociedade. Anteriormente, havia o tradicional esquema de desigualdade social cima-baixo, no qual as classes dominantes ocupavam o topo. Esta esquematização é ilustrativa, pois mostra a disparidade de recursos materiais entre os mais ricos e os mais pobres. Com o advento do Estado de bem-estar social, essa polarização permaneceu. Os de baixo, entretanto, melhoraram sua condição de vida, visto que, mesmo possuindo menos do que os de cima, passaram a ter sua seguridade material garantida. (BRUGUÉ, 2010)

Devido às mudanças estruturais recentes, tal segurança e estabilidade deixaram de existir. As esferas produtiva, familiar e social sofreram profundas alterações que as políticas do próprio Estado de bem-estar social já não eram mais capazes de assimilar. (BRUGUÉ; GOMÀ; SUBIRATS, 2002)

Do ponto de vista produtivo, a globalização econômica aproximou mercados, alterando a estrutura então vigente de produção pautada nos esquemas fordista e taylorista. Com a revolução nos sistemas de informação, flexibilização, adaptabilidade e mobilidade tornam-se preferíveis à especialização, estabilidade e continuidade. A consequência disto foi a precarização do trabalho e a criação de empregos informais. (BRUGUÉ; GOMÀ; SUBIRATS, 2002)

Deste aspecto pode-se ressaltar dois acontecimentos principais: a criação de uma exclusão social juvenil e de novos espaços para a exclusão de outras faixas etárias. O primeiro está associado com o déficit de educação, que resulta em trabalhadores de pior qualidade, com pior remuneração e consequente marginalização. Já o segundo está associado aos empregos informais, que permitem a erosão de leis e direitos trabalhistas, abrindo caminho para a exploração dos trabalhadores, resultando em sua exclusão. (BRUGUÉ; GOMÀ; SUBIRATS, 2002)

No que tange a esfera familiar, houve uma mudança principalmente no papel da mulher. Esta começou o processo de emancipação das funções domésticas e reprodutivas que lhe era atribuída, passando a ingressar no mercado de trabalho. Tal situação mudou a dinâmica de muitas residências, gerando inclusive separações. É relevante notar que este processo continua até os dias atuais, permanecendo um alto

grau de discriminação de gênero - não só, mas também - nas relações trabalhistas. (BRUGUÉ; GOMÀ; SUBIRATS, 2002)

Do ponto de vista social, as políticas do Estado de bem-estar social provocaram uma intensa mudança de classe social, reorganizando o esquema cima-baixo. Aos poucos, os indivíduos foram deixando de se reconhecer nas tradicionais classes alta e baixa, para uma grande, nova e díspar classe média. Isso se deveu ao fato de que, se antes havia uma experiência histórica de tais classes para se lidar com situações problemáticas, com as transformações provenientes deste Estado regulador todos passam a estar sujeitos aos novos riscos. Entretanto, se, por um lado, passou-se a existir mais riscos, por outro houve mais mobilidade para cima, permitindo também uma maior ascensão social. Por ser tão grande e apresentar características tão distintas, esta nova classe média era tão difusa e diferente entre si que não podia ser considerada como única. A consequência de todo este processo foi a reorganização da estrutura social em termos não mais de cima-baixo, mas sim de dentro-fora. (BRUGUÉ, 2010; BRUGUÉ, GOMÀ, SUBIRATS, 2002)

Devido à incerteza causada por todo esse processo, têm-se um fechamento social. Antes do surgimento das novas classes médias, a sociedade era, de fato, fragmentada e desigual. Entretanto, havia espaço para o reconhecimento da interdependência das classes existentes e de seus papéis sociais. Assim, havia uma espécie de confiança e de responsabilidade entre os de cima e os de baixo. Isso, aliado à estabilidade já citada proveniente da sociedade pré Estado de bem-estar social, permitia a construção de projetos individuais e coletivos. Com a nova forma de organizar o Estado, a estabilidade deixa de ser um valor importante. Além disso, as transformações por ela ocasionada nas esferas supracitadas geraram a individualização da sociedade. As consequências disso foram um modelo de *não-sociedade*, como explica Brugué (2010): A superação da tradicional estrutura social - cima-baixo - foi acompanhada de uma quebra nos vínculos sociais entre os indivíduos. Assim, a coesão nesta sociedade deixa de existir. Deste modo, a nova organização social passa a não representar um projeto coletivo, mas individual, no qual uns podem triunfar enquanto a maioria fracassa solitariamente:

Los marginados sociales están solos, al igual que lo están unas nuevas clases medias que parecen esconder su miedo en el consumo compulsivo y suicida. [...] Los que pueden buscan espacios territoriales o institucionales en los que encontrarse seguros con los “suyos”, cerrando las puertas a los “otros” (BRUGUÉ; GOMÀ; SUBIRATS, 2002, p. 8).

O processo da exclusão pode aparecer de três maneiras: como *situação*, como *risco* e como *processo*. Sendo assim, se torna um fenômeno *estrutural, dinâmico e multidimensional*. Estrutural, pois expressa o novo arranjo social - que deixa de ser cima-baixo, para ser dentro-fora. Dinâmico, pois todos correm o risco de serem excluídos, uma vez que não há mais a mesma estabilidade que antes. E multidimensional, pois não é causada por apenas um fator, mas sim por toda uma conjuntura desfavorável, de caráter complexo. (BRUGUÉ; GOMÀ; SUBIRATS, 2002)

No que tange a exclusão como situação, Brugué (2010), diz que esta se caracteriza por ser um estado de necessidade intensa, provocado por múltiplos fatores: materiais, educacionais, urbanísticos, sanitários, etc. E essa multiplicidade dificulta as respostas políticas. Já a exclusão como risco refere-se à chance de uma pessoa tornar-se um excluído dependendo dos vínculos, ou da ausência destes, que poderiam apoiá-la. Possuir redes sociais frágeis, estrutura familiar fragmentada e poucos valores comunitários representaria um risco de desconexão social. A terceira é a exclusão como processo, em que o fracasso pessoal não gera a exclusão, mas esta é gerada por processos sociais e econômicos que são excludentes³.

Para ilustrar as três formas nas quais o conceito aparece, o autor faz uma analogia com um trem em movimento: a máquina, ou seja, o motor que move o trem inteiro seria o modelo de desenvolvimento da sociedade, que empurra-a como um todo na direção desejada. O primeiro vagão seria formado pela elite deste modelo, que desfruta das vantagens de estar no topo do modelo. O segundo vagão seria formado pelas novas classes médias - seria um vagão de pior qualidade do que o primeiro, no qual ainda é possível, com certo esforço, manter o ritmo da viagem. Além de pior qualidade, este vagão também está mais lotado e, assim, representa o risco de alguns de seus passageiros em situação mais perigosa caírem. O terceiro e último vagão - os dos excluídos sociais - não se caracteriza pela pior qualidade ou lotação, mas sim por estar desconexo do restante do trem. Assim, deixa de fazer parte do trem, estando abandonado. Nesta metáfora, tem-se que o último vagão representa a exclusão como situação. O segundo, como risco. Já a exclusão como processo seria o trem como um todo, ou seja, a máquina que não espera ninguém. (BRUGUÉ, 2010)

3.1.3. Mobilidade Social

³ A exclusão como processo se assemelha a teoria de pobreza que culpabiliza a estrutura político-econômico, e não o indivíduo por sua pobreza. Para mais informações, ver seção 3.1.1 *Pobreza*

A metodologia adotada nos estudos acerca da mobilidade social se baseia, principalmente, em comparar a classe de um indivíduo com a de seus pais. (RIBEIRO, 2014) Há, deste modo, um enfoque nas mudanças intergeracionais. As mudanças intrageracionais são contempladas dentro deste conceito, uma vez que uma alteração de condição dentro da mesma geração será revelada quando comparada com a anterior.

Parte considerável das mudanças no estrato social entre gerações decorre das distintas condições as quais estavam sujeitas, o que significa que o desenvolvimento econômico das nações impacta as possibilidades de mobilidade social. Uma vez que este é uma “aspiração básica da humanidade”, tais alterações também o acabam sendo. (BRESSER-PEREIRA, 1974, p. 90).

Neste sentido, Bresser-Pereira (1974) discorre acerca de dois sub-tipos” da mobilidade social: a geográfica, e a horizontal. A primeira diz respeito à busca de melhores condições de vida e de trabalho em regiões que não a do nascimento do indivíduo, e se relaciona com a questão da fuga de conhecimento de locais periféricos para os grandes centros discutidos por Bradshaw (2007), e citada neste trabalho.

Já a mobilidade horizontal diz respeito às mudanças nas condições dentro de uma mesma classe social, em oposição ao que acontece na vertical, onde há alteração de estrato ao qual aquele indivíduo pertence. O modelo adotado infere uma organização hierárquica de classes, tendo as dominantes – mais ricas e poderosas – e as mais pobres. Assim, conforme explorado por Bruguè (2010), entre os “de cima” e os “de baixo”, há, ainda, a classe média.

A explicação desenvolvida por Bresser-Pereira (1974) facilita o entendimento destes dois tipos de mobilidade. Segundo ele, o modelo das classes sociais está inserido no contexto teórico dos estratos sociais, que são organizados verticalmente de modo hierárquico – um acima do outro, representando as classes sociais. Deste modo, superar o presente estrato, atingindo um nível superior, indicaria uma ascensão social, caracterizada pela mobilidade vertical.

Nas suas próprias palavras, o estrato social nada mais é do que:

Um conglomerado horizontal de famílias ou pessoas, que desempenham funções similares ou de mais ou menos a mesma importância em uma sociedade, e desfrutam aproximadamente da mesma quantia de poder, prestígio e privilégio. (BRESSER-PEREIRA, 1974, p. 91)

Assim, a mobilidade vertical indica uma mudança menor na condição do indivíduo, visto que seu modo de vida ainda o permite ser considerado como pertencente ao mesmo grupo de famílias ou indivíduos ao qual fazia parte

anteriormente. A figura a seguir exemplifica os dois tipos de mobilidade, sendo que cada camada corresponde a um estrato social.

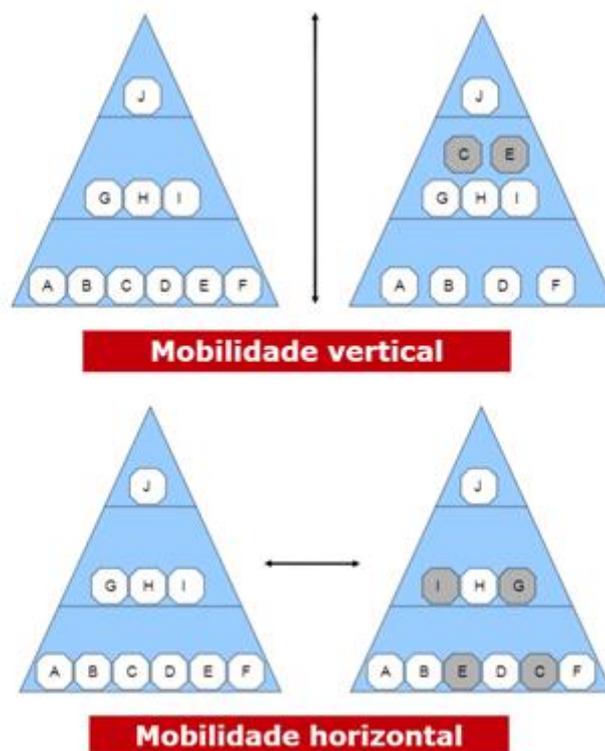


Figura 1 - Mobilidade Horizontal e Vertical - (SANTOS, 2016⁴).

A imagem que ilustra a mobilidade vertical pode dar a falsa ideia de que esta está relacionada apenas à ascensão social. Como discutido na revisão teórica sobre pobreza e exclusão social, há um enorme risco de descenso, principalmente para as classes mais frágeis – no exemplificado por Bruguè (2010) na metáfora do trem, estas seriam representadas pelas novas classes médias.

Bresser-Pereira (1974) atenta para o risco de que, em uma sociedade na qual exista um grande nível de mobilidade – tanto para cima, quanto para baixo – existe-se a possibilidade de que alguns de seus indivíduos se desconectem dela caso as diferenças entre as classes sociais não sejam reduzidas. Este processo, como visto no tópico anterior, indica uma situação de exclusão social - que pode acabar sendo uma possível consequência de um grande fluxo social.

Uma das principais referências no que tange os estudos relacionados à mobilidade da sociedade é a classificação das estruturas sociais presentes no trabalho de Goldthorpe (2011). Seu esquema apresenta, em versão completa, 11 categorias de

⁴ A imagem faz parte dos debates ocorridos em sala de aula na disciplina eletiva *Pobreza e Desigualdades no Brasil: Aspectos teóricos e alternativas de enfrentamento*, ministrada pelo Professor-Orientador Fernando Burgos.

profissionais, que podem ir se fundindo dependendo do critério adotado resultando, na versão mais compacta, em apenas três: trabalhadores não-manuais (formação de melhor qualidade: administradores, técnicos, vendedores), rurais (pequenos proprietários e fazendeiros) e manuais (formação de menor qualidade: supervisores de trabalhadores, agricultores familiares).

Ribeiro (2014) adapta estes termos para a realidade brasileira, classificando os trabalhadores nacionais em: empregadores, autônomos e empregados. Uma vez que o agrupamento é baseado em questões relacionadas ao nível de instrução, e ao tipo de trabalho realizado (urbano ou rural), elas podem se expandir, totalizando sete categorias.

Tabela 1. Médias de Educação (anos de escolaridade), Média de Renda do Trabalho, Média de ISEI*, e escore do modelo RCII (Modelo 12, Tabela 2).
Dados para homens entre 30 e 64 anos, Brasil 2008.

Classe	Educ.	Renda	ISEI	RCII
I+II - Prof. e Adm.	13,6	3601,5	58,7	0,3962
III+a+b - Não Manual de Rotina	10,3	1342,5	42,5	0,2929
V+VI - Técn. e Trab. Man. Qualif.	7,7	1088,0	32,5	0,1215
IVa+b - Peq. Propriet. com e sem empreg.	7,3	1199,9	38,3	0,1125
VIIa - Trab. Manuais não-qualificados	6,1	707,7	24,8	0,0734
Ivc - Peq. Propriet. Rurais	5,9	1076,5	23,6	-0,1608
VIIb - Trabalhadores Rurais	5,8	687,4	23,7	-0,8358

* International Socio-economic Index
Fonte: International Socio-economic Index

Figura 2 - Dados sobre a estratificação social. (RIBEIRO, 2014, p.).

O topo da estrutura social no país é composto pelos profissionais e administradores, enquanto que a base pertence aos trabalhadores rurais. Os demais tipos de trabalho, como pequenos proprietários e trabalhadores manuais, por exemplo, se enquadram entre estas duas categorias. De acordo com os dados apresentados no trabalho – que, ressalvas sejam feitas, são de 2008 e se referem ao universo masculino apenas – estas categorias intermediárias apresentam rendimentos similares, enquanto há uma disparidade considerável para com os trabalhadores rurais, e uma maior ainda no que tange os profissionais e administradores. (RIBEIRO, 2014)

Goldthorpe (2011), em pesquisa sobre a experiência de mobilidade social em Londres, elencou cinco fatores que poderiam ser responsáveis pela mudança de estrato social intergeracional dos indivíduos: sindicalismo, empenho no trabalho, sorte, oportunidades e condições econômicas. Esta última já foi tratada no início do tópico, e diz respeito ao desenvolvimento econômico que é buscado constantemente pelas sociedades. Em épocas de crescimento, as chances de mobilidade são maiores visto que a economia como um todo é incentivada.

O sindicalismo interfere nessa questão uma vez que a força dos trabalhadores, quando unidos, é maior. Deste modo, conseguem melhorias nas condições de trabalho, nas remunerações, e nos benefícios dados pelos empregadores, além de terem maior estabilidade em seu ofício. Sendo assim, sua qualidade de vida melhora, e há uma possibilidade de ascensão social em relação à geração anterior. (GOLDTHORPE, 2011)

Os outros três fatores estão, de certa forma, interligados. Só é possível que um indivíduo consiga se destacar e mudar de classe social por meio de seu empenho no emprego se ele tiver a oportunidade de conseguir exercer sua força de trabalho. Muitos trabalhadores entrevistados em seu estudo relacionam tal oportunidade ao quesito sorte. Esta pode ser vista de duas maneiras: sorte em nascer em um estrato social que abra mais possibilidades, ou então sorte de que nenhuma tragédia tenha acontecido em sua família. (GOLDTHORPE, 2011)

Há, contudo, aqueles que creditam sua mobilidade social exclusivamente ao esforço no trabalho. Esta visão liberal, que premia a dedicação e o empenho do trabalhador, pode ser problemática do ponto de vista sociológico. Conforme exposto no referencial teórico acerca da pobreza, a visão que responsabiliza o pobre por sua situação não leva em consideração outros fatores – como a sorte e as oportunidades, por exemplo – que influenciam na manutenção de sua condição.

Ribeiro (2014) trata das oportunidades como um dos principais fatores para a desigualdade no Brasil. Segundo o autor, os estratos “de cima” possuem maior gama de opções do que os “de baixo”. Isso pode, em certa medida, ser alterado por meio do aumento do nível educacional desta última. Entretanto, há um fator que nem mesmo um maior nível de instrução consegue anular, que é a origem do indivíduo.

Pessoas originárias da classe de profissionais e administradores – ou seja, pertencentes ao estrato mais rico – tem mais chances de se manter neste do que outros indivíduos - cujos familiares são de camadas mais baixas - possuem de entrar. Assim, a maior diferença no estrato social brasileiro não é entre a camada inferior e a mediana, mas sim entre esta e a superior. Tal diferença diz respeito à possibilidades de mudanças intergeracionais, à distribuição de renda, e ao nível educacional de seus pertencentes. (RIBEIRO, 2014)

3.2. Desenvolvimento por Meio do Esporte

Após a análise do material sobre o tema do desenvolvimento através do esporte, torna-se necessário realizar a conceitualização em dois momentos distintos:

primeiramente, a contextualização desta concepção, seu surgimento e exemplos de projetos deste tipo no Brasil. No segundo momento, é interessante analisar o que a literatura enxerga como dificuldades e as críticas que se fazem a este modelo de desenvolvimento.

3.2.1. Panorama Geral

By its very nature sport is about participation. It is about inclusion and citizenship. Sport brings individuals and communities together, highlighting commonalities and bridging cultural or ethnic divides. Sport provides a forum to learn skills such as discipline, confidence, and leadership and teaches core principles such as tolerance, cooperation, and respect. Sport teaches the value of effort and how to manage victory as well as defeat. When these positive aspects of sport are emphasized, sport becomes a powerful vehicle through which the United Nations can work towards achieving its goals (United Nations Inter-Agency Task Force on Sport for Development and Peace, 2003, p. i)

Em 1978 a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – formulou a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte. Nela, entre outros aspectos, é possível ver a concepção de que o Estado deveria garantir a prática esportiva da população. O seu artigo 9º, parágrafo primeiro, diz que:

É fundamental que autoridades públicas de todos os níveis, bem como órgãos não governamentais especializados, incentivem as atividades esportivas e de educação física que tenham valor educacional mais evidente. Suas ações devem consistir no fortalecimento da legislação e da regulamentação, de modo a fornecer assistência material e a adoção de todas as outras medidas que visem a incentivar, estimular e controlar. As autoridades públicas também devem assegurar que sejam adotadas medidas fiscais que incentivem tais atividades.

Entretanto, percebe-se uma dissonância entre o que o Estado deveria oferecer, e o que de fato oferece:

En el ámbito de gestión pública, se supone que el estado debe garantizar el acceso a las prácticas deportivas a todos los ciudadanos, independientemente de su capacidad de pago. Sin embargo, no siempre es así, una vez que las políticas públicas relativas al deporte no reciben la misma atención que las de otras áreas sociales, como cultura y educación. (SANTOS et al., 2010, p. 340).

Uma vez que as entidades públicas não conseguem garantir o acesso básico à práticas esportivas, é lógico concluir que estas mesmas instituições falham na hora de utilizar o esporte como um mecanismo de desenvolvimento social.

Associa-se o surgimento desta visão à publicação do *Sport for Development and Peace: Towards Achieving the Millennium Development Goals* feita pela ONU -

Organização das Nações Unidas - em 2003. Como ressaltam Bateman e Binns (2014), este documento oficializou a visão de que o esporte poderia ser usado como um instrumento de desenvolvimento ao reconhecer que ele exerce um papel estratégico em áreas importantes para a vida em sociedade como saúde, educação e economia. Além disso, foi chancelado que o esporte poderia ser uma forma de se obter resoluções para conflitos, promover integração social e étnica, além de reduzir a criminalidade. (SPAIIJ, 2009) Entretanto, como apontam Hartmann e Kwauk (2011), esta prática é anterior à tal publicação, tendo sido originada nas décadas de 1960 e 1970 e estando presente na criação do *Olympic Aid* - projeto originado na década de 1990, que utiliza o esporte como mecanismo de desenvolvimento, saúde e paz. (UN, 2002)

Esta crença vai ao encontro da fala do Dr Jacques Rogge - presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) entre 2001 e 2013 - feita em 2006 na abertura da 46ª Seção Internacional para Jovens Participantes da Academia Olímpica Internacional:

Sport has today an ever-growing impact on the societies. Its ability for integration of minorities, its impact on physical and mental health and its increasing economic contribution play an important role in any society. (*apud* DACOSTA, 2007 p.13)

Além dos ganhos para a comunidade, DaCosta (2007, p. 169, tradução do autor) também explicita a crença que existe de que o esporte “ajuda a tornar as pessoas melhores e promove a excelência nos indivíduos”.

As limitações da administração pública em oferecer o acesso universal à práticas esportivas, associada aos benefícios supracitados, fez com que o setor privado e a sociedade civil desempenhassem um importante papel em iniciativas de desenvolvimento através do esporte. Empresas e ONG's ligadas à práticas esportivas estão por trás da maioria dos projetos neste sentido. (LEVERMORE, 2008). Entretanto, como apontam Hartmann e Kwauk (2011), alguns órgãos governamentais também estão presentes nestas ações, bem como instituições multilaterais - como a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) -, organizações locais e entidades acadêmicas.

Tal levantamento foi feito com base nos dados da sportanddev.org, a Plataforma Internacional do Esporte para o Desenvolvimento e Paz. Este mesmo site revela que, em 2006 haviam 176 projetos que utilizavam o esporte como um mecanismo de desenvolvimento inscritos. Em 2011, este número já era de 295, confirmando a tendência de que as práticas esportivas são cada vez mais usadas como estratégia para se alcançar o desenvolvimento. (LEVERMORE, 2008; HARTMANN; KWUAK, 2011).

Santos *et al.* (2010) analisaram 1050 experiências latino-americanas de políticas públicas esportivas. Deste total, apenas 13% das iniciativas possuíam uma visão do esporte com fim em si próprio. Em 5% dos casos não foi possível determinar o fim da política pública e, em 82% das experiências, foi constatado que o esporte foi usado para outro fim. Desta porcentagem – referente à 939 iniciativas – apenas 9,6% se referiam à medidas de inclusão/reabilitação social através da prática esportiva. Contudo, como será discorrido ao longo deste capítulo, quando o esporte é usado como estratégia para se alcançar melhorias na educação, na saúde, na geração de emprego, na redução da violência etc, têm-se que ele está sendo utilizado como uma mecanismo de desenvolvimento. Sendo assim, é possível afirmar que em 82% das iniciativas analisadas, o esporte foi visto como gerador de desenvolvimento.

3.2.1.1. Categorização

Outro fator que ajuda a explicar o número crescente de projetos de desenvolvimento por meio do esporte é a já citada abrangência de áreas nas quais a prática esportiva consegue penetrar. Sendo assim, Levermore (2008) fez uma categorização e dividiu em cinco grupos nos quais estes projetos podem se encaixar. É interessante notar que as categorias por ele desenhadas se relacionam entre si, o que resulta em duas observações: um projeto pode fazer parte de mais de um grupo; e a melhora de um aspecto em uma categoria pode gerar resultados em outra.

Assim, têm-se que o esporte pode atuar: 1) na resolução de conflitos e entendimento intercultural; 2) na construção de uma infraestrutura física, social e esportiva; 3) no empoderamento e conscientização da sociedade, especialmente através da educação; 4) na melhora da saúde física e psicológica dos indivíduos, melhorando sua qualidade de vida e bem-estar; 5) no desenvolvimento econômico e consequente redução da pobreza. Embora a última seja a que contempla os objetivos deste trabalho, devido à relação existente entre todas as categorias – ver figura 2 –, torna-se interessante uma breve explicação sobre cada uma.

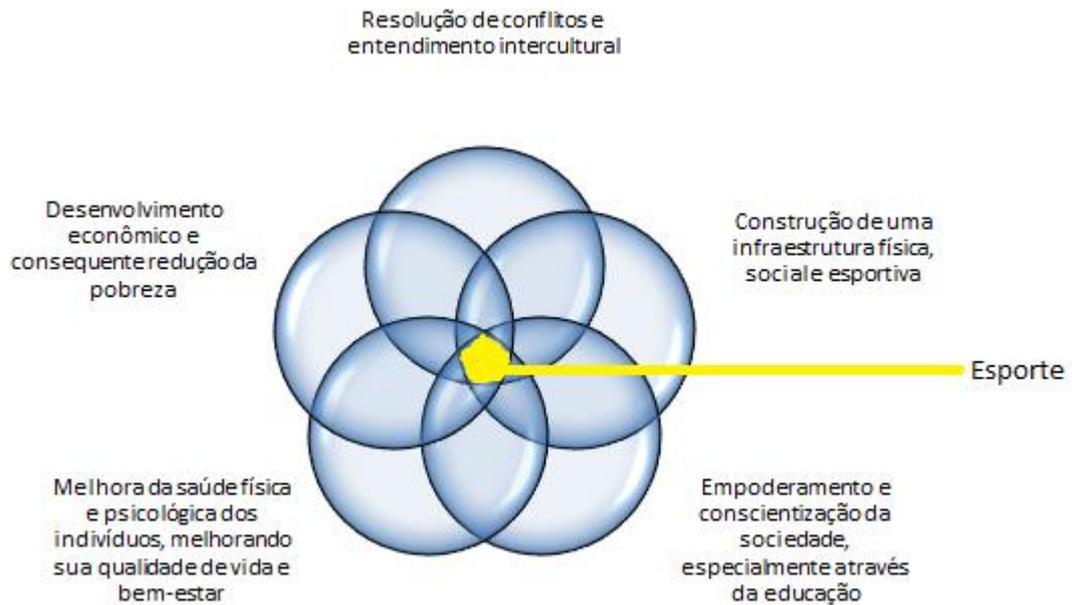


Figura 3 - Relação entre Esporte e as Categorias. Elaboração própria.

A primeira visa a utilização do esporte como uma forma de promover interação entre diversos grupos - sociais, étnicos, raciais etc - e assim contribuir para uma sociedade mais coesa. Este é o foco de muitos projetos empresariais visto que, na visão da firma, um clima estável é favorável aos negócios. Também inclui-se aqui o combate à exclusão ocasionado por gênero e pobreza. Logo, uma iniciativa que incorpora moradores de rua à sociedade também adentra a quinta categoria. (LEVERMORE, 2008)

A segunda, embora possa parecer trivial e auto-explicativa, aborda questões mais profundas. Ao promover a construção de uma infraestrutura esportiva, por exemplo, capacitam-se indivíduos desempregados para a sua construção, ocasionando sua re-inserção à sociedade. (LEVERMORE, 2008)

De acordo com Levemore (2003), a maior parte dos projetos da terceira categoria se resume à conscientização sobre AIDS/HIV em comunidades marginalizadas. O esporte é utilizado como um mecanismo para a disseminação da conscientização de uma maneira não-política.

A prática esportiva, de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS - (2003, *apud* LEVERMORE, 2008) incentiva uma alimentação saudável, ao mesmo tempo em que desencoraja o fumo de cigarro e o consumo de álcool e drogas. Sendo assim, projetos que se enquadram na quarta categoria visam, indiretamente, a redução de níveis de criminalidade e o aumento da integração social.

Por fim, a última categoria, como apontado por Levermore (2008) e exemplificado acima, acaba sendo um resultado alcançado por meio de projetos de outras categorias. Isto ocorre uma vez que, em muitos casos, a redução da pobreza é uma consequência direta - ou até indireta - de programas das outras áreas.

3.2.1.2. Exemplos no Mundo

Para contextualizar a teoria apresentada em projetos existentes ao redor do mundo, foram escolhidos dois programas com mais de 9 anos de existência e que estão atrelados ao Comitê Olímpico Internacional (COI). O primeiro é o *Sport Builds Bridges* (2002) e o segundo é o *International Inspiration Programme* (2007) .

O SBB foi originalmente desenvolvido na Suíça, embora atue na Etiópia. Visa a reintegração de crianças e adolescentes (entre 5 e 15 anos) de rua à suas famílias e à escolas públicas. Sendo assim, tem um impacto direto na vida destes jovens e contribui para uma mudança no rumo de suas vidas. O esporte é usado como forma de ensinar ao público alvo valores relacionados à prática esportiva que podem ser levados para a vida - como companheirismo, trabalho em equipe, aceitação das regras. É interessante notar que essa relação entre os valores aprendidos nas aulas esportivas e a vida diária dos jovens é explicitado pelos professores do projeto, que ensinam os adolescentes a implementá-los em suas ações cotidianas. Além disso, há acompanhamento psicológico para que famílias e crianças possam voltar a se relacionar, resolvendo pendências antigas. Uma vez que este laço é refeito, a criança consegue voltar aos estudos. (IOC, 2016a)

O esporte é de extrema importância neste projeto pois além de, em certa medida, seduzir o jovem a participar do programa visto que a atividade física é algo de seu interesse, sua prática requer boas condições de saúde e nutrição. Sendo assim, já combate dois problemas fundamentais de quem mora na rua. A partir disto outros aspectos - como higiene pessoal, por exemplo - são tratados com o adolescente. Um ponto negativo, contudo, deve ser abordado sobre este projeto: seu público alvo é específico - são jovens que foram expulsos ou que fugiram de casa. Deste modo, o projeto não consegue resolver situações nas quais a família inteira vive na rua. O programa consegue reduzir a pobreza na medida que oferece uma segunda chance para este indivíduo que, sem os laços familiares, ficaria em situação de rua, entraria em uma espiral da pobreza que culminaria em exclusão social. Entretanto, para jovens que não tiveram uma primeira chance, o programa é ineficaz;

O IPP também tem como público alvo crianças e adolescentes, mas vai além: mulheres e grupos marginalizados também são beneficiários do programa. Sua atuação não se restringe a uma localidade, estando presente em mais de 20 países. O programa busca o desenvolvimento dos jovens para que estes possam cumprir seu papel na sociedade civil. Assim, por meio do esporte, desenvolve lideranças e aumenta o leque de oportunidades para seus beneficiários. Promove a integração de deficientes bem como o empoderamento das mulheres beneficiárias. O esporte serve tanto para atrair os diversos grupos de adolescentes quanto para o ensinamento dos valores associados a esta prática. Neste aspecto, portanto, se assemelha ao SBB. (IOC, 2016b)

Como o programa é mundial, ele não tem uma forma fixa, e se adapta às necessidades de cada país. Deste modo, é um programa que conversa com seus envolvidos, sempre buscando a melhora do serviço. Além disso, os professores de cada região recebem uma capacitação para que os objetivos principais possam ser atingidos. Isso tudo aumenta a importância da prática esportiva nas escolas, o que influencia positivamente a saúde e o bem estar dos alunos. (IOC, 2016b)

3.2.1.3. Exemplos no Brasil – O Caso do *Sports for All*

Também é interessante notar a existência de programas de desenvolvimento por meio do esporte em território nacional. Para isso, será utilizado o caso do *Sports for All* - que é um dos mais conhecidos ao redor do mundo.

De acordo com DaCosta (2007), este modelo de programa deve ser uma intervenção na sociedade como um todo, ou em alguns segmentos, através do incentivo à participação de pessoas em práticas esportivas. Sendo assim, o programa macro *Sports for All* suporta projetos de todas as cinco categorias supracitadas.

Nota-se, contudo, que a ideia original de seu criador, Pierre de Coubertin, não era a de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, mas sim encontrar novos atletas de ponta. Segundo o francês, nem todos estão destinados a se tornarem esportistas profissionais. Entretanto, muitos o deixam de ser por falta de uma estrutura adequada, que permita o desenvolvimento da prática esportiva.

As experiências feitas revelaram que a inserção desta em sociedades marginalizadas permitiu a melhora de alguns de seus aspectos. Este resultado indireto acabou por mudar o objetivo do *Sports for All* - que passou a ser considerado uma maneira de gerar desenvolvimento em tais comunidades. (DACOSTA, 2007)

Pode-se destacar dois projetos do *Sports for All* no Brasil: o *Vivavôlei* e o *Segundo Tempo*. O primeiro é organizado pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), e busca, por meio deste esporte, educar e socializar crianças, aumentando seu senso de cidadania e seu espírito de equipe. Sendo assim, é focado em crianças de sete à catorze anos. Iniciado em 1999, o projeto atinge cerca de 40.000 jovens anualmente. (COI, n/a)

O segundo programa é organizado pelo Ministério do Esporte e já atingiu mais de 6 milhões de crianças e adolescentes, principalmente de escolas públicas, desde que foi criado em 2003. Seu objetivo principal é o de oferecer as múltiplas experiências que o *esporte* pode proporcionar. Assim, além de aulas práticas sobre os esportes, também permite e capacitação de jovens que desejam trabalhar com práticas esportivas. Seu sucesso está associado às várias entidades parceiras e à possibilidade de cada centro construir o projeto da forma que deseja. Outro objetivo do programa é o de manter os jovens ocupados após às aulas, interagindo uns com os outros, de maneira saudável. (COI, n/a)

3.2.2. Algumas críticas sobre o papel do Esporte no Desenvolvimento

Apesar do esporte ser considerado um instrumento que pode levar desenvolvimento à lugares marginalizados, os estudiosos deste tema fazem algumas ressalvas quanto ao seu uso. A explicação terá um caráter crescente: começará pelas críticas mais brandas, terminando nas mais assíduas.

3.2.2.1. Desenvolvimento, *Sport-plus* e *Plus-sport*

A primeira observação quanto à utilização do esporte como instrumento gerador de desenvolvimento diz respeito justamente à definição deste termo. Levermore (2011) aponta os conflitos pessoais e políticos existentes em sua utilização: uma vez que indivíduos possuem ideias e prioridades diferentes sobre como e com qual propósito desejam atingir o “desenvolvimento”, o conceito acaba ficando muito amplo e pode começar a sofrer com problemas de legitimidade: o que para um é considerado desenvolvimento, para outro não o é.

Hartmann e Kwauk (2011, p. 286) corroboram esta visão ao dizerem que “*development can refer to something as philosophical as the progress of humankind or as practical as the social engineering of emerging nations*”. Além disso, apontam para a possibilidade de, ao mesmo tempo, significar crescimento ou ascensão pessoal de um

indivíduo e de uma nação inteira. Assim, um projeto que utilize o esporte como mecanismo de desenvolvimento que melhore a qualidade de vida de alguns poucos cidadãos pode ser considerado como gerador de desenvolvimento? Devido à multiplicidade de significados que este termo possui, não há uma resposta universal para esta pergunta.

Dentro desta discussão entram os dois meios pelo qual o esporte pode atuar no sentido de gerar desenvolvimento. As iniciativas *sport-plus* são aquelas nas quais a prática esportiva é priorizada. Sendo assim, garante-se a acessibilidade e a infraestrutura necessárias para que os indivíduos possam praticar esporte, ao passo que o desenvolvimento destas comunidades fica em segundo plano. Santos *et al* (2010) resumem tais iniciativas como aquelas que enxergam o esporte com um fim em si próprio. Já os programas *plus-sport* são aqueles cujo foco principal é o de atingir objetivos que não estão diretamente relacionados ao esporte. Nestes, portanto, o desenvolvimento é colocado à frente das práticas esportivas - que se tornam meios de atingí-lo. (LEVERMORE, 2008, 2011; SANTOS *et al.*, 2010; HARTMANN, KWUAK, 2011). Para exemplificação, a ideia inicial de Coubertin acerca dos *Sports for All* - que era de encontrar atletas de ponta em comunidades carentes - seria uma iniciativa *sport-plus*. Entretanto, o modelo atual - ilustrado pelos dois projetos no Brasil - é o de *plus-sport*.

Santos *et al* (2010) revelam que o problema com a abordagem *plus-sport* é que, caso o resultado obtido não seja satisfatório, a prática esportiva, ou seja, o meio, pode ser alterado. Sendo assim, o projeto esportivo pode dar lugar a aulas de música, como exemplificam os autores.

Como conclusão, a base teórica estudada concorda com o fato de que o esporte pode sim desempenhar um papel importante no que diz respeito à melhora da qualidade de vida e ao empoderamento da comunidade (BATEMAN; BINNS, 2014). Contudo, conforme Hartmann e Kwauk (2011), Levermore (2008), e Spaaij (2009) explicam, a capacidade do esporte em transformar realidades adversas depende da associação entre programas deste caráter e de iniciativas sociais que visem a redução das desigualdades.

3.2.2.2. Avaliação e Monitoramento

A segunda observação feita pelos estudiosos do tema - e esta aparenta ser um consenso entre muitos deles, como Levermore (2008 e 2011), Hartmann e Kwauk (2011), Spaaij (2009), e Bateman e Bins (2014) - diz respeito à falta de mecanismos

existentes para se avaliar e se monitorar programas de desenvolvimento por meio do esporte. Entende-se avaliação e monitoramento de acordo com Levermore (2011, p. 340):

[...] evaluation is defined as highlighting how the objectives of programmes are being met and how the programme is working at different levels [...] Monitoring meanwhile is defined as an activity that tends to be conducted internally by staff implementing the programme and its purpose is to keep track of what is happening and check progress being made towards achieving objectives.

Em parte, este problema se relaciona com a já citada questão da abrangência do termo *desenvolvimento*. Uma vez que não há consenso ao que, de fato, pode ser considerado e o que não pode ser considerado como um programa que gere desenvolvimento, a avaliação de tais programas fica comprometida.

Embora haja um consenso mundial de que o esporte tem a capacidade de penetrar em localidades aonde governos, agências multilaterais e ONG's não conseguem ou têm dificuldade, ainda não existe literatura acadêmica suficiente para comprovar os ganhos reais que o esporte traz para gerar desenvolvimento. Este problema não é exclusivo da academia: diversas outras entidades, como as já citadas ONG's e agências multilaterais também enfrentam esta questão. (LEVERMORE, 2008).

De acordo com Hartmann e Kwauk (2011) e Spaij (2009), mesmo sem muitas provas empíricas que comprovam o sucesso de projetos que utilizam o esporte como forma de desenvolvimento, é possível associar o crescente aumento no número destes à característica de “gancho” que o esporte oferece, conseguindo trazer jovens marginalizados aos projetos. Desta forma, a criminalidade nestes lugares tende a diminuir. Mesmo que outras formas de desenvolvimento não ocorram, o simples fato de tirar possíveis infratores das ruas já é visto como justificativa para a manutenção dos programas.

Entretanto, como aponta Levermore (2008), esta falta de provas empíricas impede que novos projetos se desenvolvam, uma vez que líderes políticos passam a enxergar o esporte mais como uma atividade recreacional do que um instrumento capaz de transformar realidades sociais.

Como mostram o COI (n/a) - especialmente na seção *estudo de casos* - e Levermore (2011), há diversas formas de se avaliar um programa de esporte como forma de desenvolvimento. Entretanto, não há uma padronização, e nem uma confiança quanto à estes métodos de avaliação. Neste sentido, as conclusões de Levermore (2011)

vão ao encontro das percepções disponíveis tanto no trabalho de Bateman e Binns (2014) como no de Hartmann e Kwauk (2011). Estes apontam para a possível manipulação de resultados que a falta de uma padronização de avaliação pode causar uma vez que, para garantir a manutenção do financiamento que recebem, algumas entidades distorcem seus resultados. Com isso, a fim de garantir uma boa avaliação, programas acabam focando mais nos resultados do que no processo em si, o que os torna menos efetivos do que poderiam ser. Assim, Hartmann e Kwauk (2011) sugerem um caminho pelo qual a avaliação e monitoramento podem ser pautadas:

The extent to which positive, prosocial developmental outcomes are achieved in and through sport is contingent on many factors: the ends to which the sporting experience is organized and directed, the programming and interventions that are conducted in concert with sport, and the resources that are devoted to any such initiatives. (HARTMANN; KWAUK, 2011, P. 289)

Da mesma forma, com base em pesquisa própria realizada, Levermore (2011, p.342) aponta os principais métodos de avaliação que encontrou, suas falhas e como podem ser superadas. De modo geral, os métodos mais utilizados se assemelham ao *logical framework methodology*. Este consiste em uma avaliação por meio de uma análise de diferentes aspectos - “*such as inputs, outputs, immediate and wider objectives, risks/assumptions involved*” do programa que são colocados em uma matriz. Assim, visa descobrir quais as relações entre os aspectos e os objetivos do programa, além de permitir uma análise objetiva sobre os pontos fortes e fracos de sua operação.

As principais críticas que podem ser feitas a este método é que ele é *top-down*, ou seja, é imposto de cima para baixo na matriz hierárquica, e assim participantes do processo e aqueles que atuam em sua base não têm voz. Além disso:

[...] its data cannot satisfactorily reflect interpersonal skills, which are the most vital success factors in programmes that have community development as their central focus, logframes tend to focus on outputs, such as improving auditing and highlighting benchmarking of standards and are, therefore, criticized for neglecting inputs and processes such as the extent to which gender issues or the programmes sustainability are considered at the design stage of programmes. (LEVERMORE, 2011, p. 342)

Em resposta a isso, o melhor seria adicionar um elemento de participação na avaliação, garantindo assim que os beneficiários e participantes dos programas tenham suas vozes ouvidas. Entretanto, quando associada ao *logical framework methodology*, a participação também apresenta problemas, visto que “[it] includes inherent subjectivity due to the influence of interviewer’s judgement, low validity and reliability of information and the lack of random sampling” (LEVERMORE, 2011 p. 343), além de

ainda correr o risco de ser *top-down* dependendo da forma como as entrevistas são conduzidas.

3.2.2.3. Manutenção das Relações Sociais de Desigualdade

Apesar do grande consenso existente acerca do esporte poder ser utilizado como mecanismo de desenvolvimento de comunidades marginalizadas, a maior crítica que pode ser feita a iniciativas deste caráter diz respeito à possibilidade da manutenção do *status quo* das mesmas:

On the one hand, the attention and publicity devoted to sport-based developmental initiatives can help build public support and legitimacy for the whole idea of development and a broader set of development-driven programs and initiatives. On the other hand, sport-based social programming can reproduce troubling racial and gender (and other) stereotypes about cultural difference and social risk. The assumptions underlying such imagery often make it appear as if the challenges individuals from these “underdeveloped” communities face are their own doing rather than the result of the structural predicaments in which they find themselves. [... Also] the positive attention to sport-based initiatives can distract attention away from policy cutbacks and transformations at other systematic levels (HARTMANN; KWAWUK, 2011 p. 291)

Sendo assim, Spaaij (2009) aponta para o fato que muitas vezes estes programas podem ser utilizados como um controle social, uma vez que seus organizadores podem enxergar sua ação como um ato civilizatório, com o intuito de “normalizar” o comportamento das comunidades excluídas. Por este motivo que a participação popular nos métodos de avaliação torna-se ainda mais importante - para garantir que a voz e a cultura daquela sociedade não seja suprimida. (LEVERMORE, 2011).

Ao dizer que, dependendo do foco de sua utilização as práticas esportivas “podem tanto ser um meio de emancipação, quanto de exclusão social”, e que de fato, elas possuem a “habilidade de educar ou incorporar grupos marginais em padrões socialmente aceitos - através do ensinamento e da transferência de valores tais como justiça e senso de vitória”, DaCosta (2007, p. 170 - tradução do autor) também revela como muitas vezes é possível que um projeto tenha o objetivo de emancipar a população mas, ao realizar a transferência de tais valores, acabe atuando como uma forma de controle social.

A linha entre uma ação emancipatória e uma de controle social pode, portanto, ser tênue. Entretanto, pode-se associar uma ideologia preconceituosa ao segundo tipo: de acordo com Hartmann e Kwauk (2011), nela está impregnada uma visão de que os

grupos marginalizados são uma ameaça à ordem social, e por isso precisam da disciplina que estas iniciativas podem oferecer.

Assim, com base nesta diferença de motivação por detrás de cada tipo de ação, os autores dividem em dois tipos as visões acerca de projetos que utilizam o esporte como instrumento gerador de desenvolvimento. A primeira - chamada de visão dominante - é justamente esta mais preconceituosa, enquanto a segunda - mais crítica e transformadora - defende a mudança na estrutura social das sociedades. (HARTMANN. KWAUK, 2011)

As iniciativas que se enquadram na visão dominante tentam enquadrar os marginalizados a um mundo já existente, sem questionar o modelo social. Assim, há pouco ou nenhum espaço para que os beneficiários dos projetos possam absorver os ensinamentos de acordo com seu entendimento de mundo, e em troca, influenciar a sociedade com sua cultura. Eles viram meros alunos, tendo que reproduzir o que lhes é ensinado sem questionamentos e, acima de tudo, sendo responsabilizados por sua situação de vulnerabilidade social. Em suma,

[...] less powerful actors seeking to gain access to and acceptance in a world constructed and controlled by the dominant class must first adapt the “commonsense” behaviors, norms, and dispositions of that class while discarding, relinquishing, or hiding those of their own community. [...] socially marginalized or underprivileged youth are (re)calibrated to fit into dominant society without opportunity to question how their transformations were happening. Without critically analyzing how identities are prescribed, knowledge is (re)produced, and relations of power are (re)enacted in the context of sport in development. (HARTMANN; KWAUK, 2011 p. 293)

Em oposição a esta visão está a crença de que iniciativas ligadas ao esporte devem, sim, confrontar o modelo social vigente. Neste sentido, volta-se à já mencionada questão de que tais iniciativas devem estar associadas a outros projetos de emancipação social - como educação, por exemplo. Tais iniciativas devem romper com esta ideia de que os beneficiários são alunos que devem aceitar e reproduzir o que lhes é ensinado. Ao contrário, devem ser engajados com conhecimentos sobre política econômica, para que saibam os motivos das relações de dominância existente:

Education in this context would not be understood or intended to be a means for socializing otherwise deviant or marginalized, at-risk individuals into the mainstream social order; rather, it would take on a more radical social change emphasis, focusing more on the empowerment of otherwise marginalized, at-risk youth and young people through an understanding of the broader structures of power and privilege within which they are contained. (HARTMANN; KWAUK p. 293)

Como conclusão, Hartmann e Kwauk (2011) discutem a importância de se rever a visão existente sobre os professores, técnicos e mentores. Estes não são os únicos com conhecimento, e este não é universal. Assim sendo, é necessário que os professores compartilhem destas visões, dando voz e possibilidade de influência aos beneficiários. Por fim, é necessário também que seja discutido como o esporte pode não apenas produzir como também reforçar desigualdades. Entretanto, é interessante que também seja abordada a relação das práticas esportivas com as questões políticas, sociais e econômicas da sociedade, gerando a possibilidade da co-criação de iniciativas que combatam o modelo social.

4. A Entrada Oficial no Mundo do Futebol: as “Seletivas”

A entrada oficial no mundo do futebol ocorre por meio das “seletivas” que também são conhecidas como “peneiras”. Apesar de muitas crianças já disputarem campeonatos anteriores defendendo suas escolas, clubes de menor projeção e escolinhas de futebol, o momento da “peneira” representa o ingresso em um universo mais profissional e onde os sonhos da mudança de vida começam a se tornar mais real. Ou deixam de existir, dependendo do resultado de uma semana de treinos, avaliações e observações.

As informações obtidas nas entrevistas com funcionários de clubes que não quiseram se identificar, com familiares de jovens atletas e com Eduardo Musa – empresário - foram divididas em seis categorias, que seguem abaixo. Cabe a ressalva de que as informações oficiais dos clubes não coincidem totalmente com o obtido nestas entrevistas. Entretanto, como explicitado no capítulo anterior, foram tentadas diversas conversas com as entidades de maneira oficial, para ouvir o que tinham a dizer sobre as críticas presentes nesta seção, e os contatos não foram retornados.

4.1. Funcionamento da Peneira

A realização de entrevistas tanto com jovens e seus familiares quanto com funcionários dos clubes de futebol permitiu uma visão mais ampla do funcionamento das seletivas dos clubes. Deste modo, foi possível comparar como clubes de portes diferentes realizam testes admissionais distintos, e como isso pode ser visto pelos jovens que os realizam.

A partir do relato de um funcionário, foi possível entender que as peneiras abertas são práticas mais comuns em clubes grandes, que possuem maior demanda de

interessados. O clube a qual este entrevistado pertence possui duas maneiras de captar novos talentos para sua categoria de base.

A primeira é a realização de festivais em algumas cidades. Nestes, o campo é menor, visando que cada time tenha menos jogadores para que seja possível avaliá-los de uma maneira mais eficiente. Os times participantes destes festivais costumam ser escolinhas e projetos de futebol da região. O campeonato consiste no formato *todos vs. todos* e, desta maneira, cada time disputa cerca de cinco jogos. Os avaliadores do clube acompanham os jogos, e verificam quais atletas são interessantes para que haja um acompanhamento específico sobre, formando assim um banco de dados de atletas que podem interessar ao clube no futuro.

A outra maneira de contratação de jogadores para as categorias de base consiste em parcerias que a instituição tem com técnicos e funcionários de outras escolinhas de outras regiões. Uma vez que o clube não consegue observar uma grande quantidade de atletas devido a uma restrição geográfica, ele delega esta função para terceiros. Quando há uma carência específica no elenco – por exemplo, lateral-esquerdo nascido em 2001 -, estes parceiros são contatados para indicarem jovens que se encaixem neste perfil.

Tais práticas são contrastantes com a forma das seletivas do Santos FC. Este possui, de acordo com fontes não-oficiais, outras duas maneiras de captar talentos. A primeira é a seletiva aberta, na qual todos interessados podem se inscrever – no entanto, uma questão deve ser ressaltada: a dificuldade encontrada pelos pesquisadores em encontrar informações referentes a estas inscrições, já mencionadas no capítulo metodológico.

A segunda forma consiste em aproveitar o material humano das escolinhas de futebol que o clube possui. Assim, se assemelha ao que outro entrevistado relatou das parcerias com outros projetos de futebol. Entretanto, como o Santos F.C. possui uma estrutura melhor e dispõe de mais dinheiro, a própria instituição possui franquias espalhadas pelo Brasil, o que permite uma avaliação mais objetiva. Segundo foi possível apurar em entrevista realizada com uma familiar que acompanhava seu filho de 11 anos em uma seletiva referente às escolinhas de futebol do SANTOS F.C., periodicamente avaliadores do clube vão até as franquias para analisar seus destaques. Os jovens selecionados passam para a segunda parte do processo seletivo, no qual devem ir até a cidade de Santos para uma avaliação mais completa, com duração de uma semana. Os aprovados na segunda etapa devem retornar para Santos para mais uma bateria de treinamentos, antes da decisão final se serão contratados ou não.

Na opinião da entrevistada, não é mais fácil passar na peneira por já ser atleta de uma franquia (no caso, a franquia de Osasco). Entretanto, uma vez que foi constatada dificuldade em encontrar informações referentes aos testes realizados pelo clube, estar inscrito em uma franquia com a garantia de que avaliadores irão acompanhar um treinamento pode sim ser considerada uma vantagem.

4.2. Investimento da Família

Esta mãe abordada no tópico anterior relatou uma série de fatos relacionados às seletivas que serão contados ao longo dos próximos itens. Para resguardar sua identidade, será chamada de J.. Ela é mãe de M. V., de 11 anos – seu único filho. É divorciada, e mora com o pré-adolescente em residência própria na região de Osasco/Jaguarié (SP). Em uma conversa inspirada na ideia de Spink (2008), J. contou que aquela era a segunda fase das peneiras das franquias do clube - seu filho fora aprovado no teste realizado ainda na Região Metropolitana de São Paulo. Para que ele pudesse participar da escolinha de futebol desembolsava uma mensalidade de R\$ 150,00, além de outras taxas cobradas ao longo do ano - para garantir a inscrição nos campeonatos que a escolinha organiza. J. não tem auxílio do pai de M.V. no quesito financeiro, e o sustenta com seu emprego estável de carteira assinada.

Ela contou que a questão financeira era o maior entrave durante o processo das peneiras. Embora tivesse a opção de ir e voltar do litoral paulista todos os dias, preferiu ficar alojada na cidade praiana. Com isso, calcula que o gasto total de sua permanência no município foi de R\$ 1.400,00, incluindo a pousada que fica em frente à Vila Belmiro e que normalmente abriga pais e mães de atletas. Este valor poderia ser menor caso ela tivesse optado por voltar para casa diariamente. Contudo, o cansaço que isso auferiria ao garoto, aliado à sempre existente possibilidade de acidentes na estrada que poderiam atrasar M.V e, conseqüentemente, impedi-lo de participar da seletiva – atrasos não são tolerados, o portão é fechado às oito horas da manhã em ponto – a fizeram desistir desta opção.

Para pagar as despesas da viagem, como ainda não havia recebido seu pagamento, J. pediu emprestado para uma amiga - já que esta não cobraria juros. Embora estivesse ansiosa e esperançosa por seu filho, J. já estava aflita pensando em como faria para pagar as novas despesas caso M.V passasse para a terceira fase da peneira. Essa situação gerou a reflexão: se ele fosse aprovado nesta seletiva, e não fosse contratado após a última etapa, a família teria gasto quase R\$ 3.000,00 à toa.

Nesta entrevista, J. ainda comentou sobre o contato que teve com outras famílias ao longo do processo: grande parte delas ficou hospedada na mesma pousada e, assim, conviveram ao longo de uma semana. Deve-se fazer uma ressalva que, ao contar sobre estes relatos, não é a voz direta de uma pessoa que está sendo retratada, mas sim a visão de uma terceira.

Ela selecionou duas histórias opostas para contar: a primeira, de um garoto advindo de uma família pobre, que só conseguiu mandar o menino para Santos após uma “vaquinha” feita pelo técnico da escolinha com auxílio dos outros pais. A mãe do jovem, no entanto, não tinha condições de acompanhá-lo. Sendo assim, os pais ali presentes, juntamente com o dono da pousada, supervisionaram a criança ao longo da semana. J. refletiu que, se ela estava preocupada com os custos caso seu filho fosse aprovado na segunda peneira e tivesse que passar outra semana na cidade, esta outra mãe deveria estar em uma situação muito pior.

Pode-se relacionar esta história com o que a literatura estudada aborda acerca das redes de contato: a perda destas caracteriza um rompimento social, em um processo que passa pela pobreza adentrando a exclusão social⁵. Uma vez que, segundo a própria J. o clube explicita que não dará nenhum amparo à família até que o jovem seja contratado, as redes são construídas durante as semanas das peneiras, uma vez que todos ali estão na mesma situação. Sendo assim, criam relações de autoajuda e auxílio mútuo como forma de lidar com a adversidade.

Essa questão das redes de contato se fez presente ao longo da entrevista inteira com J., uma vez que ela viu nos pesquisadores a possibilidade de construir novos laços, além dos já citados. Deste modo, pediu ajuda no sentido de encontrar desde uma pousada mais barata, até patrocinadores para seu filho. Segundo J., estes seriam para apoio financeiro, visto que os gastos com a viagem pesavam em seu orçamento.

A segunda história contada pela mãe de M.V. apresenta um cenário oposto: uma família de classe média alta advinda de Goiás. O filho já estava em observação há meses pelo clube. Sendo assim, a mãe do garoto fechou a loja que tinha em sua cidade natal, se mudou para Santos e alugou um quarto para morar lá. Percebe-se, assim, o caráter elitista que envolve o universo das peneiras: enquanto que J. só pode acompanhar seu filho pois estava de férias, uma família mais rica se mudou para a cidade sem maiores problemas, estando disposta a pagar um aluguel alto – nas palavras de J.. Além disso,

⁵ Explicação completa encontra-se no capítulo 3.1 *Pobreza, Exclusão e Mobilidade Social*.

outro aspecto deve ser levado em análise: enquanto o jovem está sob observação, ele corre o risco de não ser aceito no clube. J., inclusive, relatou que é normal, nesta fase, os clubes dispensarem e depois chamarem os adolescentes de volta. Adendo a isso tem-se o fato de que, mesmo se o futebol do garoto se mantiver estável, é possível que chegue outro que jogue melhor e, assim, o primeiro perde espaço. Caso a família tenha se preparado e mudado de cidade como o caso relatado por J., uma situação destas tem um grande impacto.

A primeira das histórias, de uma família pobre que “abre mão” de parte da sua vida, depositando todas as esperanças no filho (ou em um deles, como alguns casos) também foi relatada conversando com a equipe do Centro de Estudos do Santos FC. É interessante notar que em entrevista realizada no dia 25 de julho de 2016, no preparativo da seleção masculina de futebol para as Olimpíadas, um dos jovens atletas, Thiago Maia, de 19 anos e atleta também do Santos FC rememorou: “Quando fui convocado, meu pai se emocionou muito. Ele sempre lutou pelos meus direitos, pelos meus sonhos (...) Minha mãe é uma guerreira, que largou família, estudos e seus trabalhos para viver minha vida”⁶

Mas o relato de J. difere do apurado em entrevista com um funcionário de um clube de menor porte. Como relatado no tópico anterior, este revelou que, quando um jogador é indicado por um dos parceiros, ele é convidado para passar uma semana realizando testes no clube. A diferença consiste no fato de que a família do atleta só arca com o material esportivo (que o jovem já possui) e com o transporte. A alimentação e a moradia dos jovens são de responsabilidade do clube, que só os orienta a levar um travesseiro próprio – por questões de higiene - e um cobertor mais quente. Quanto aos pais, eles podem passar a semana na cidade, caso assim desejem. Entretanto, o clube não arca com nenhum custo envolvido nesta viagem. Sua única exigência quanto aos responsáveis pelos jovens é que eles estejam presentes no primeiro dia para assinatura de um termo de autorização. Além disso, o entrevistado fez questão de enfatizar que o clube não cobrava nenhuma taxa dos atletas por sua participação nas peneiras.

4.3. Mudanças na Vida

Uma preocupação de J. era referente à possibilidade de M.V. ser, de fato, contratado. Embora estivesse empolgada e torcendo pelo filho, ela contou que, neste

6 Para mais detalhes, ver: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/25/thiago-maia-se-lembra-de-lutas-cancer-da-mae-e-chora-por-ir-a-olimpiada.htm>

cenário, o garoto teria que se mudar para Santos e, uma vez que ele tem apenas 11 anos, ela teria que acompanhá-lo. Disse que estava disposta a abandonar sua vida em São Paulo pela possibilidade de M.V. se tornar jogador do clube. Entretanto, o alto custo de vida da cidade e a dificuldade em se estabelecer em outro município a preocupavam. Além disso, segundo a própria, o clube só oferece uma ajuda de custo no valor de 200 reais mensais para os jovens atletas aprovados nas peneiras – quantia que considerava quase que insignificante perto dos gastos reais com o filho. Além disso, J. comentou que sabia que o aceite do clube era apenas o começo, e que havia a possibilidade do filho ser dispensado posteriormente. Desta maneira, contou que não venderia sua residência em São Paulo, para ter um “plano b”.

É interessante notar que a possibilidade de se mudar para Santos considerada pela entrevistada não é uma opção para todas as famílias, e isto não deve ser única e exclusivamente ao aspecto financeiro. Vínculos familiares diferentes dos de J. - ou seja, mais do que um filho na família, ou casamento - são fatores que podem impedir a mudança de uma família de cidade.

Pensando nessa situação, um dos funcionários entrevistados contou que este é um dos motivos pelos quais o clube para o qual trabalha só contrata jogadores acima dos 14 anos – idade mínima permitida para que jovens se transfiram para os alojamentos disponibilizados pela instituição, de acordo com o próprio. Deste modo, evita-se o deslocamento da família para a cidade. Quando encontram um talento abaixo desta idade, fazem o monitoramento até seu décimo quarto aniversário. Os jogadores da base que formam o sub-14 são da mesma cidade do clube, ou de regiões próximas o suficiente para que o jovem possa dormir em sua casa.

Ainda no que tange as mudanças que o aceite por parte do clube de futebol teriam na vida de M.V., deve-se mencionar o alívio que J. tem por seu filho se interessar tanto por futebol. De acordo com a mãe, a região onde eles vivem é relativamente perigosa e há, segundo suas próprias palavras, “muita coisa ruim que poderia atrair o M.V., mas graças a Deus ele se interessa e se envolve por futebol e por andar de bicicleta”. Deste modo, a prática esportiva atua na vida de M.V. no sentido de tirá-lo da rua, evitando assim que se envolva com o tráfico de drogas, por exemplo.

Neste aspecto, pode-se traçar um paralelo com o objetivo de algumas práticas de *desenvolvimento por meio do esporte* abordadas na sessão 3.2. De acordo com a literatura estudada, diversos projetos sociais que utilizam o esporte para gerar impacto social entre jovens e adolescentes visa justamente ocupar o tempo livre destes com a

prática esportiva, evitando que entrem em contato com as “coisas ruins” comentadas por J. – aqui se enquadram o tráfico de drogas e a violência, por exemplo.

Um funcionário do Santos F.C, inclusive, revelou que a instituição também compartilha desta ideia. Segundo ele, o clube se preocupa não só em tirar o jovem da rua, como também em mantê-lo longe dela: por saber que a ascensão no mundo futebolístico gera um impacto para qual o jovem muitas vezes não está preparado, e que isso pode fazer com que ele recorra a vícios – drogas lícitas e ilícitas, por exemplo – o clube oferece auxílio psicológico e social para os atletas de suas categorias de base⁷. Contudo, de acordo com o que foi possível apurar, esta estrutura pedagógica não está disponível para os atletas profissionais.

Uma análise desta situação revela que isso é um problema, já que muitos jovens assinam contratos deste tipo entre 15 e 16 anos e, ao fazerem isso, perdem o acompanhamento que recebiam, antes mesmo da conclusão do ensino médio. Além disso, deve-se notar que é devido a tais contratos que o adolescente começa a receber salários maiores e ter mais exposição na mídia, o que pode afetar seus aspectos psicológicos. Ou seja, em um dos momentos nos quais o jovem precisa de mais atenção, a atenção do clube já não está mais voltada para isto.

Um funcionário de outro clube demonstrou a mesma preocupação quanto à saúde psicológica dos jovens. Entretanto, devido a alguns problemas, disse que ainda não foi possível implementar o que chamou de corpo multidisciplinar – uma equipe formada por profissionais da área médica, psicológica, nutricional, pedagógica etc. Ele revelou que a instituição trabalha procurando por profissionais que residem na cidade – localizada no interior de São Paulo – para que estes estejam sempre presentes, e que encontrar indivíduos adequados ao perfil desejado está dificultando a implementação de tal corpo.

Este entrevistado também revelou que, entre o jovem ser aceito e ele de fato se mudar, há um intervalo de até duas semanas para a realização dos trâmites burocráticos. O primeiro deles é a transferência escolar, e que só depois se preocupam com o restante da documentação. O salário inicial é de R\$ 100,00 para os sub-15 e 16, e de R\$ 200,00 para os sub-17 e 18. Conforme ocorre durante o período de testes, o clube oferece moradia e alimentação para seus atletas.

⁷ Este auxílio é obrigatório segundo a Lei n° 9.615/98 (a chamada "Lei Pelé")

O ex-empresário Eduardo Musa citou que a falta de preparo das famílias para as mudanças que podem ocorrer na vida do jovem pode determinar o fim precoce de sua carreira, tornando-se assim mais um empecilho para o atleta. Como exemplo, citou o caso – que também foi mencionado por outro entrevistado – do hoje jogador aposentado Jean Chera.

Chera era uma das maiores promessas do Santos F.C., que estava prestes a assinar um contrato profissional com o clube. Seu pai, que agenciava sua carreira, pediu um salário fora da realidade para um atleta de 16 anos, recusado pelo clube. Em função disso, sua renovação foi desfeita. Por alguns anos Chera ficou mudando de time (primeiro no exterior, depois em clubes de menor expressão nacional), até que se aposentou recentemente aos 22 anos. Musa acredita que a decadência do jovem pode ser explicada, em grande parte, pelas escolhas erradas de seu pai, e que caso tivesse permanecido no Santos F.C. recebendo uma quantia menor do que a desejada, poderia ter despontado como um grande jogador.

A partir deste ponto, destrincha-se outra questão abordada na entrevista: de que existe uma sobrevida futebolística para os atletas que tenham jogado em clubes de grande expressão nacional, como foi o caso de Chera. Não obstante, o Centro de Estudos do Santos F.C. apontou que mais do que 70% dos jovens dispensados pelo clube conseguem ser contratados por outras instituições.

Musa ainda atentou para o fato de que o preparo do próprio atleta, após a consolidação de sua carreira, é essencial para que as mudanças em sua vida sejam permanentes. Ele disse conhecer casos de ex-jogadores que atuaram em equipes de ponta no Brasil que gastaram todo o dinheiro que receberam durante suas carreiras, e que hoje amargam a mesma situação de pobreza de quando eram adolescentes.

4.4. Moradia/Alojamento

J. comentou que a partir dos 14 anos o Santos F.C. oferece alojamento para seus atletas. Entretanto, este possui muitas regras, que restringem a liberdade que adolescentes desta idade costumam querer. Sendo assim, alguns jovens entendem que morar em tais alojamentos os impede de aproveitar a vida social como outros indivíduos de sua faixa etária. Não obstante, diversas vezes são relatados na mídia problemas de jovens jogadores com as regras impostas pelos clubes nestas moradias. A tolerância dos clubes varia de acordo com o caso, e de acordo com o jogador. A punição máxima seria o desligamento do atleta do clube.

Eduardo Musa – que, antes de se tornar empresário de Neymar, trabalhava no Santos F.C. – revelou que o principal determinante para a punição escolhida é o talento do jogador. Se ele for um destaque, há maior tolerância. Caso contrário, a punição é mais rígida.

Juary, ex-jogador do Santos F.C. e hoje funcionário de suas categorias base, disse em entrevista a um canal de televisão que várias destas situações decorrem de uma falta de preparação do jovem para as mudanças que estão ocorrendo em sua vida. Entretanto, em sua visão, a culpa não recai no adolescente. Para ele, muitas vezes o jogador de futebol é tratado como comércio e não como pessoa. Com isso, empresários acabam não se preocupando em estruturar a vida emocional e psicológica do jovem, estando mais preocupados com o lucro que o jogador pode lhes render. Assim, para Juary, deveria haver uma preocupação maior com a vida extracampo dos atletas juvenis, visando seu amadurecimento. Por fim, ele conclui sua análise dizendo que, nestas situações, o importante não é achar culpados, mas sim tentar recuperar o jovem. (ESPORTE INTERATIVO, 2016).

J., quando questionada acerca de como seria viver em Santos caso M.V. fosse aprovado na peneira, criticou algumas regras do alojamento. A principal delas diz respeito ao fato que, se o jovem utiliza esta instalação, ele só pode pernoitar na casa de seus pais aos finais de semana – isso se estes residirem em Santos. Caso contrário, mesmo que a família more a uma distância próxima, o jovem fica proibido de dormir com eles:

“isso significa que, caso meu filho seja aprovado, eu tenha que abandonar meu emprego em São Paulo, me mudar para Santos, para que, após três anos, para que meus gastos sejam reduzidos, ele se mude para o alojamento e eu só tenha contato com ele nos finais de semana. Se eu decidir retomar minha vida em SP, fico sem vê-lo”.

Alguns clubes justificam estas regras na medida que, uma vez que o jovem se aloja em suas instalações, ele passa a ser responsabilidade do clube. Deste modo, são funcionários das instituições que comparecem às reuniões de pais, por exemplo, e que respondem pelas atitudes dos atletas. Além disso, conforme o informado por um funcionário, a legislação só permite que o alojamento seja disponibilizado para jovens acima dos 14 anos. Por fim, deve-se considerar também que as informações referentes ao alojamento do Santos F.C não foram obtidas por canais oficiais do clube, ainda que este contato tenha sido tentado exaustivamente.

Esta última observação permite uma reflexão ainda maior: as informações disponibilizadas por J. podem estar certas, ou não. Caso estejam certas, revelam um

aspecto que o clube poderia estruturar melhor. Caso não reflitam a realidade, revela que a instituição poderia melhorar sua comunicação para informar melhor os pais e mães cujos filhos participam das seletivas. Esta situação evidenciaria o percebido pelos pesquisadores quanto à dificuldade de se obter esclarecimentos oficiais dos clubes de futebol.

Embora os alojamentos de todos os clubes apresentem regras, nem todas são gerais. A existência de um “toque de recolher”, por exemplo, é algo em comum entre os clubes cujos funcionários conversaram com os pesquisadores. Entretanto, alguns são mais rigorosos do que outros no que tange pernoites fora do dormitório. Enquanto alguns clubes proíbem seus jogadores de dormirem fora, outros a permitem, mediante uma autorização formal dos pais. A saída nos finais de semana é outro aspecto que diferencia o controle que os clubes exercem sobre seus atletas. Enquanto alguns não permitem que eles saiam da cidade, outros os deixam livres desde que isso ocorra após o jogo, deixando claro que o custo das passagens é responsabilidade da família do atleta.

4.5. Conciliação com Estudos

Um entrevistado ligado à um clube revelou que a principal preocupação da categoria de base no que tange o desempenho acadêmico é de que o jovem conclua o ensino médio. Para isso há convênios com escolas públicas e particulares, bem como um acompanhamento da instituição para garantir seu bom desempenho. Caso isto não esteja ocorrendo, cabe ao técnico escolher como lidar com as notas baixas – seja por meio de punição, de conversas, entre outros.

Novamente, Eduardo Musa revelou que, embora haja essa preocupação com a formação dos atletas, no cotidiano dos clubes o fator que mais importa é o talento futebolístico do jovem. Se ele é bom no campo, geralmente o clube faz vista grossa caso seu desempenho acadêmico deixe a desejar. Entretanto, se ele não é um destaque de seu time, a cobrança é maior para que suas notas sejam boas. Para o entrevistado, isso se deve ao fato de que, no final das contas, os clubes estão preocupados com seu negócio - ou seja, formar jogadores e não estudantes.

Outra instituição já citada neste capítulo também demonstrou uma preocupação com o ensino dos atletas ao obrigar que o primeiro passo para a transferência do jovem seja a regularização de sua condição em uma escola da cidade. O clube em questão possui parceria de longa data com dois colégios municipais, sendo que um deles tem

uma localização próxima às instalações do clube. O acordo com a outra escola, um pouco mais afastada, prevê o vale-transporte sem custo para os atletas da categoria de base.

A avaliação dos jovens nas instituições de ensino é bimestral, e suas notas são divulgadas nos vestiários e nos alojamentos do clube. Não há uma nota mínima que o atleta tenha que tirar, mas aqueles com médias abaixo da média não são relacionados para os jogos. Quando indagado pelos pesquisadores acerca da problemática desta situação, o funcionário demonstrou estar ciente da mesma:

Já há um estigma de que jogador de futebol não precisa estudar. Além disso, as dificuldades para alguém que mudou de cidade são ainda maiores, pois ele precisa se adaptar à cidade, aos colegas, ao ensino, além da pressão e da cobrança de jogar bem em seu novo clube. Todos esses fatores influenciam em seu desempenho acadêmico.

Entretanto, conforme supracitado⁸, ele disse que o clube está buscando a contratação do que ele chamou de corpo multidisciplinar – que também auxiliaria em questões relacionadas à educação. Enquanto isso não ocorre, os funcionários da instituição ajudam os jovens a realizarem suas tarefas escolares da maneira que podem.

O Santos F.C, como já citado⁹, possui um Centro de Estudos voltados para ajudar seus atletas a melhorar seu desempenho acadêmico. Não obstante, J. elogiou o clube no que tange o cuidado dado à educação. Ela disse que a instituição tem uma cobrança de frequência escolar e que exige que o aluno tire notas altas no colégio. Além disso, o clube também possui parcerias com escolas da região e são seus funcionários que se encarregam dos trâmites burocráticos de transferência de instituição de ensino caso o atleta seja aprovado na seletiva e se mude para o município.

4.6. Relação com Empresários

“Empresários são um mal necessário” – assim um dos funcionários das categorias de base de um clube do interior define a ação destes agentes. Ele explica: *necessário*, pois empresários conseguem suprir necessidades dos atletas que os clubes não têm capacidade ou estrutura para fazê-lo. Não é incomum que atletas da base dos clubes sejam dispensados uma vez que o clube não consegue arcar com os gastos envolvidos com sua manutenção. Além disso, estes profissionais oferecem uma gama de jovens para a formação de um banco de dados que o clube pode utilizar quando há carência em uma posição do elenco. *Mal*, pois o empresário acaba se tornando um

⁸ Ver item 5.3 *Mudanças na Vida*.

⁹ Ver sessão 2.1 *Dificuldades do Trabalho de Campo com Futebol*.

parasita do jogador, se aproveitando de toda oportunidade que surge para ele. Segundo o entrevistado, infelizmente, o trabalho das categorias de base ainda é muito dependente da ação destes agentes de jogadores.

Os empresários ainda tem uma grande influência no mundo das peneiras. Inclusive, este foi um dos tópicos abordados por J., que criticou o processo de seleção uma vez que jovens com patrocinadores, empresários ou então apadrinhados por ex-jogadores tem prioridade nas seletivas. Segundo a mãe, atletas com estes vínculos têm mais chance de serem contratados, muitas vezes pulando etapas dos testes.

Nos clubes que não realizam peneiras abertas, a ação empresarial fica mais restrita à pressão que estes profissionais fazem em cima dos membros das categorias de base para que eles chamem atletas apadrinhados por eles para compor o elenco. Para isso, como citado, encaminham vídeos das melhores jogadas dos jovens. Neste aspecto, deve-se levar em consideração que a produção de vídeos demonstra um caráter elitista, pois famílias de baixa renda não conseguem pagar por esta. Se o conseguem, o resultado é um material de pior qualidade, que pode interferir na seleção dos clubes. Empresários podem ajudar tais famílias cobrindo os gastos da produção, é verdade. Entretanto, o jovem entra em dívida com este profissional e, caso ele não vingue no mundo futebolístico, não terá condições de pagá-la.

Há de se levar em consideração, ainda, o exposto no documentário *O Outro Lado da Bola*, de Marcelo Migliaccio (2012): muitas vezes, o empresário de jovens que moram em favelas é alguém ligado ao tráfico de drogas que, por ter dinheiro, financia os primeiros passos dos garotos no futebol. Caso isso não dê certo, a única maneira do atleta conseguir pagar sua dívida é entrando no esquema de venda de drogas ilegais.

Não é nem necessário que o jovem não vingue no mundo esportivo, basta apenas que isso demore para acontecer. Um entrevistado ligado às categorias de base de um determinado clube analisou que existe uma concepção errônea no que tange o sucesso de um jogador de futebol. Este é, na verdade, um processo lento, que demora pelo menos 6 anos até o jovem aparecer em um clube de ponta. Muitas vezes, o jogador demora mais ainda, atingindo seu máximo com 24, 25 anos. Considerando que ele começou a treinar aos 14, são 10 anos ou mais de investimentos até que ocorra o retorno financeiro. Muitas vezes, os financiadores não estão dispostos a esperar todo esse tempo.

Sobre isso, deve-se levar em conta a ressalva feita por Eduardo Musa de que há diferentes níveis de jogadores - nem todos são destaques mundiais. Deste modo,

existem os casos de atletas que se tornam jogadores profissionais e que conseguem seguir esta carreira, embora não sejam considerados os destaques de suas equipes. Contudo, em função disso, seus retornos financeiros não são tão grandes.

Isso só aumenta a dificuldade para novos atletas, visto que casos assim não são de tanto interesse para os empresários. Deste modo, quando um agente percebe que seu agenciado não lhe trará tanto resultado financeiro, acaba desistindo de gerenciar sua carreira, o que pode acabar com as chances do jovem de se profissionalizar.

Há ainda os casos de empresários que se aproveitam dos jovens e de suas famílias, o que dificulta todo o processo. Um exemplo comum é a cobrança que este faz de taxas para a participação do garoto em seletivas sendo que o próprio clube não cobra nenhuma quantia dos aspirantes à categoria de base. Por ser uma profissão que atrai tanto benefícios quanto malefícios para os clubes e para os atletas, a relação entre instituição futebolística e empresários é complexa. Contribui para isso o fato de não haver uma legislação específica sobre esta atuação.

Segundo o entrevistado, a única regulação existente - que também é uma orientação da FIFA (Federação Internacional de Futebol) - é de que não pode haver direitos econômicos sobre jogadores das categorias de base, e que uma terceira parte (além do clube e do próprio jogador) não pode receber um percentual em cima de sua contratação. Dentro disso, clubes adotam, principalmente, duas condutas.

A primeira é de manter o empresário responsável por levar o jovem para o clube por perto durante seus anos na categoria de base. Quando o atleta assina o contrato profissional, é feita uma reunião onde os direitos econômicos são repartidos entre jogador e instituição. Cabe ao jovem repassar parte do percentual a qual tem direito para o empresário, como forma de pagamento pelo investido em sua carreira.

Outros clubes preferem repassar uma quantia para o empresário quando o atleta chega ao clube. Tal pagamento costuma ser um valor alto para atletas da categoria de base – por exemplo, R\$ 5 000,00 – para livrar o jovem deste vínculo. Contudo, isso não resolve, *via de regra*, a situação. Muitas vezes, quando o jovem obtém um sucesso muito grande, este empresário retorna pedindo uma porcentagem sobre seus lucros. Há também a questão ética acerca do pagamento desta quantia uma vez que, pela legislação, o empresário não teria direito de receber nada por este trabalho.

Por ter seguido esta carreira até recentemente, Eduardo Musa ainda concedeu alguns detalhes que não estavam presentes nas outras entrevistas. Ele disse que, embora jogadores com empresários tenham uma certa vantagem, grande parte da carreira

futebolística profissional depende de sorte. Para ilustrar, ele contou que o hoje astro mundial Neymar quase não vingou – pelo menos não nas categorias de base do Santos Futebol Clube. Quando ainda jogava no sub-15, o jogador era reserva e iria ser dispensado até que o técnico da categoria de cima o chamou para compor o elenco. Esta mistura entre sorte e oportunidade foi determinante para que o atleta permanecesse no clube, tornando-se um dos maiores ídolos da instituição, e exemplo para inúmeros aspirantes à esta profissão.

Musa, baseado em sua experiência, também contou que a vida dos jogadores em início de carreira é tão difícil, que a grande maioria dos que se profissionalizam o fazem por não terem outra perspectiva de trabalho. Para ele, jovens advindos de famílias com maiores condições, ao se depararem com os sacrifícios que a vida de um atleta requer, escolhem outra profissão.

5. Conclusão

Para iniciar a conclusão da pesquisa, será apresentada brevemente uma história que os pesquisadores ficaram sabendo em uma das entrevistas realizadas. No capítulo anterior, muito se tratou acerca das mudanças que uma possível admissão nas categorias de base de um clube teria na vida de um jovem e de sua família, seja do ponto de vista econômico, acadêmico ou até de laços pessoais - como a questão dos empresários. Entretanto, poucos foram os casos contados acerca do que ocorre com um jogador quando seu futuro no futebol não ocorre como planejado.

A história de C. entra justamente para ilustrar essa questão. O jovem foi aceito nas peneiras de um clube do interior paulista. De acordo com o funcionário entrevistado, a mãe do garoto era ausente, e o pai traficante de drogas. Ele chegou ao clube pelo intermédio de um agente - que divulgou vídeos do atleta, que demonstrava enorme potencial. Contudo, devido à falta de estrutura familiar, fora dos campos o garoto era um problema para o clube: tirava notas baixas na escola e, de vez em quando, se envolvia em brigas com seus colegas. C. ainda acabou se envolvendo com uma mulher maior de idade, o que gerou problemas jurídicos. Diante deste cenário, o clube acabou dispensando o atleta.

Como o empresário de C. também agencia outros jogadores, sua presença nas imediações do clube era constante. Assim, revelou para os funcionários da categoria de base que o atleta havia voltado para sua cidade natal e para a escolinha que frequentava

antes de se mudar para o interior. Entretanto, jogava mais por recreação do que competitivamente, e estava se envolvendo nos negócios do pai – tráfico de drogas.

Essa história mostra que há um lado perverso para os jovens com famílias desestruturadas que se arriscam no mundo do futebol. Se, por qualquer motivo que seja, o atleta é dispensado após investir nesta carreira, suas opções costumam ser escassas. O mesmo costuma ocorrer com jovens de baixa de renda. Como analisado no referencial teórico, a população das classes mais baixas já possui um leque de oportunidades menor do que os mais ricos. Tendo isso em mente, o presente trabalho visava analisar se o futebol poderia ser uma dessas opções - atuando como uma porta de saída da pobreza.

Pelo trabalho de campo realizado, contudo, não foi possível responder a esta pergunta de forma categórica, principalmente pelo fato de que as histórias ouvidas e analisadas diziam respeito à famílias que não podem ser enquadradas como em situação de pobreza extrema. Os próprios entrevistados comentaram que poucas vezes tiveram contato com jovens cujos pais eram beneficiários do Programa Bolsa Família¹⁰, por exemplo.

Partindo de duas definições semelhantes apresentadas ao longo do trabalho para a pobreza (BRADSHAW, 2007; FIELDS, 2001), que a caracterizam como uma situação na qual as necessidades básicas de um indivíduo não conseguem ser supridas, os casos apresentados na pesquisa não permitem uma conclusão que encerre a questão sobre este assunto, visto que não se enquadram em tal definição.

Tendo esta ressalva em mente, pode-se dizer que, a partir do material apurado – e não das histórias analisadas -, o futebol não pode ser configurado como uma possibilidade de saída da pobreza. Isto pode ser percebido por alguns motivos.

Primeiramente, as oportunidades no mundo futebolístico costumam aparecer para aqueles que já possuem alguma condição financeira. Isso fica evidenciado no modelo de peneira realizado pelo Santos F.C. A manutenção do jovem durante uma – ou mais – semanas na cidade do litoral paulista inviabiliza que jovens de baixa renda participem desta seletiva. Mais do que isso, os gastos envolvidos em uma possível transferência de sua família para acompanhá-lo também são muito altos para indivíduos que se enquadram na situação de extrema pobreza.

¹⁰ Programa do Governo Federal instituído em 2003 que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Para tanto, atua por meio de: a) complemento de renda; b) acesso a direitos; c) articulação com outras ações. Para mais informações, acessar: < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>.

Outro modelo visto diz respeito à observação de jovens em escolinhas de futebol. Estas costumam cobrar mensalidades dos atletas, o que inviabiliza a participação de adolescentes muito pobres. Já o banco de dados que alguns clubes possuem com base em vídeos enviados, como já discutido, também aparece como uma barreira para que a pobreza seja superada.

Ademais, embora exista a visão de que do dia para a noite um atleta pode começar a receber um salário milionário, este cenário está reservado para poucos jovens, e não deve ser considerado como uma regra para a profissão. O salário inicial de um jogador de futebol profissional não costuma passar do salário mínimo – como relatado nas entrevistas - e é só após alguns anos que ele passa a aumentar. Famílias em situação de extrema pobreza não tem tempo para esperar que o jovem se profissionalize visto que este processo pode durar anos.

Ainda cabe a observação de que pais beneficiários do Programa Bolsa Família não estão preocupados com o futebol que o filho joga, mas sim com a refeição do dia seguinte. Sendo assim, nestes casos, o futebol continua sendo um sonho distante de ser alcançado.

Outra possibilidade estudada na pesquisa era referente às instituições que oferecem bolsas escolares no exterior para atletas que se destacam em algumas modalidades esportivas, como o futebol. A princípio, esta pareceu ser uma opção viável, pois o nível exigido é menor do que o de clubes profissionais. Contudo, para que o jovem possa participar do processo seletivo, ele deve mandar um vídeo com suas jogadas, além de realizar um exame de proficiência em inglês – que, além de cobrar um conhecimento enorme da língua estrangeira, é pago. Assim, esta não é, de fato, uma possibilidade para um indivíduo vencer a pobreza.

Por fim, deve-se mencionar que as dívidas que jovens de classe baixa contraem para com seus empresários configuram mais um empecilho nesta caminhada visto que, como relatado, elas podem fazer com que o jogador desista da carreira futebolística.

Se por um lado, não é possível afirmar que o futebol pode tirar uma família da situação da extrema pobreza, é possível realizar esta análise em termos de mobilidade social. Como visto no trabalho de Ribeiro (2014), há maior possibilidade de ascensão social entre as classes mais baixas e médias do que estas últimas e as mais ricas. Deste modo, conseguir ascender socialmente por meio do futebol até a classe social mais alta é difícil. Mas também seria fazê-lo por meio de qualquer outra atividade. Entretanto, é

possível que o futebol seja utilizado para ascender socialmente, principalmente de uma classe inferior para uma média.

Deve-se notar que, embora seja uma tarefa árdua, há casos de jogadores que obtiveram tal sucesso através do esporte. Como mencionado na introdução, os clubes de futebol se utilizam destas histórias – que são exceção – para seduzir novos atletas. O problema desta abordagem é que ela não menciona a dificuldade do processo. Assim, o que é vendido por meio da mídia não corresponde à realidade que os espera.

Outro aspecto importante diz respeito ao observado por Ribeiro (2014) e por Goldthorpe (2011) acerca das oportunidades que se abrem para os indivíduos. A análise de ambos permite concluir que estas aparecem em maior quantidade para os que têm pais nos estratos mais ricos, e que quanto maior o “leque de opções”, maior a possibilidade de fluxo social. Ainda, um dos fatores que contribuem para o aumento das oportunidades é a formação acadêmica, visto que esta amplia as opções de trabalho de um indivíduo. Por fim, quanto maior o nível de instrução, melhor a remuneração para o empregado. A partir destes pontos é possível traçar um paralelo entre a literatura estudada e a realidade vivida por jovens aspirantes às categorias de base dos clubes.

No caso das peneiras, o fato de um jovem ter nascido em uma classe social mais alta possibilita alguns benefícios, que podem se traduzir em vantagens. Um adolescente rico não tem mais chances de ser aprovado na seletiva por este aspecto, embora sua condição possa lhe favorecer. No caso dos testes no Santos F.C, por exemplo, seus rendimentos podem lhe permitir dormir em uma cama mais confortável ao longo da semana de testes, por exemplo. Sua alimentação também pode ser melhor, fazendo com que sua forma física seja superior às demais – em um contexto do futebol atual no qual a forma física é fundamental. Assim, percebe-se que a renda influencia alguns aspectos das peneiras, tornando a disputa desigual.

Por outro lado, caso o plano de se tornar jogador não dê certo, este jovem ainda tem outras oportunidades pois, uma vez que é sustentado pelos pais, consegue treinar sem ter que abdicar dos estudos. Assim, sua educação lhe garante opções que jovens de classes mais baixas não têm, por mais que os clubes busquem formar seus atletas no ensino médio. Ainda, estes indivíduos não precisam contrair dívidas com empresários para conseguir se locomover até os testes, situação que pode influenciar negativamente a vida de um atleta de baixa renda.

Entre os outros aspectos abordados por Goldthorpe (2011) que influenciam a mobilidade social estão o sindicalismo, o empenho no trabalho, a sorte e o

desenvolvimento econômico da sociedade. Tanto o último quanto o primeiro importam menos no fluxo social relativo ao futebol. Primeiramente, pois sempre haverá mercado para jogadores de qualidade deste esporte. Em segundo lugar, uma vez que a organização esportiva difere das outras profissões, o modelo de associação de trabalhadores não tem a mesma importância quando comparada com outro ramo.

Quanto ao empenho no trabalho e à sorte, deve-se retomar a ressalva feita ao longo do trabalho de que estes estão interligados com as oportunidades. O talento de um jovem que se dedica à prática esportiva só aparecerá caso ele tenha a chance de demonstrá-lo. Esta, em algumas situações, pode depender da sorte – como quando um olheiro observa algum jogo. Em outras, ela aparece com o auxílio de terceiros, como empresários. Porém, em considerável parte das vezes, está associada ao nível de talento do jovem, que depende tanto de sorte – para ter nascido com tal habilidade, quanto do empenho em aperfeiçoá-la.

Sobre este aspecto, cabe retomar o comentado por Eduardo Musa, de que apenas talento e conexões com empresários não garantem uma carreira de sucesso, uma vez que a sorte e o preparo das famílias desempenham um papel considerável na vida de um atleta.

Assim, se conclui que o futebol pode ser um mecanismo de mobilidade social. Mesmo que o jogador não desponte como uma estrela mundial – ou até nacional – o recebimento de salários mínimos já pode configurar uma mudança em sua vida. Além disso, caso o jovem tenha talento, o futebol é uma das poucas possibilidades que estão ao seu alcance.

Entretanto, também deve ser ressaltado que este é um caminho que pode acabar fechando outras oportunidades uma vez que a dedicação aos treinamentos em detrimento aos estudos pode reduzir as opções de indivíduos de baixa renda. Além disso, o próprio processo das seletivas impõe uma dificuldade para estes. Por fim, deve ser ressaltado que o desempenho esportivo tem oscilações, e que a carreira de um atleta pode se encerrar devido à lesões.

Assim, embora se configure como uma possibilidade de fluxo social, a carreira futebolística apresenta diversas barreiras que o jovem deve superar – e estas são, geralmente, pouco exploradas. Assim, tem-se que, apesar do Brasil ser o país do futebol, este é para poucos. Ainda mais quando se considera que outros aspectos – que podem ser futuramente discutidos – também influenciam esta questão, como o recorte de gênero e a etnia do jogador.

6. Referências Bibliográficas

BATEMAN, Jerram; BINS, Tony. More than just a game?: Grass roots cricket and development in Mumbai, India. **Progress In Development Studies**. Desconhecido, p. 147-161. 2014.

BRADSHAW, Ted K.. Theories of Poverty and Anti-Poverty Programs in Community Development. **Community Development: Journal Of The Community Development Society**. Califórnia, p. 7-25. maio 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e Administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/Books/EmpresarioseAdministradoresnoBrasil/00-EmpresarioseAdministradoresnoBrasil.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

BRUGUÉ, Quim. Políticas para la Cohesión Social: Nuevos contenidos y Nuevas Formas. In: ESTEVE, Josep M^a Pascual & GUITERAS, Júlia Pascual (orgs.). **Cohesion Social y Gobernanza democrática: para unas regiones y ciudades más inclusivas**. Sevilla: Consejería de Gobernación, 2010.

BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard; SUBIRATS, Joan. **De la pobreza a la exclusión social**. Revista Internacional de Sociología, Barcelona, v. , n. 33, p.7-45, jun. 2002.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **IOC Guide to Managing Sport for All Programmes**. Desconhecido. Disponível em:

<http://www.olympic.org/documents/olympism_in_action/sport_for_all/spt-tk-en.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2015.

DACOSTA, Lamartine. **Sport and Poverty**. In: **Fourty-sixth International Session for Young Participants Special Subject: Sport and Ethics**. Published by: the International Olympic Academy and the International Olympic Committee 2007
Disponível em:

<<http://www.ioa.org.gr/~ioaorg/uploads/Young%20Participants%202006~37946-600-2%281%29.pdf>>. p. 168 - 191. 2007

ESPORTE INTERATIVO/FACEBOOK. **Quem é culpado? Juary fala sobre polêmica com Diogo Vitor e explica como o Santos pode recuperar o jogador!** 2016. Disponível em: <

<https://www.facebook.com/esporteinterativo/videos/10155543633373504/>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

FIELDS, Gary S. *Distribution and Development: A New Look at the Developing World*. Cambridge University Press, 2001.

GE, . **Fifa anuncia preços dos ingressos da Copa de 2014**: de R\$ 30 a R\$ 1.980. 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/07/fifa-anuncia-precos-dos-ingressos-para-copa-do-mundo-de-2014.html>>. Acesso em: 19 mar, 2015

GE. **Geuvânio na China**: camisa 11, três anos de contrato e 2,7 mi de euros. 2016. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/sp/futebol/noticia/2016/01/geuvanio-na-china-camisa-11-tres-anos-de-contrato-e-27-mi-de-euros.html>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

GOLDTHORPE, John. The Experience of Social Mobility. In: GRUSKY, David & SZELENYI, Szonja. *The Inequality Reader: Contemporary and Foundational Readings in Race, Class, and Gender*. Colorado: Westview Press, 2011.

HARTMANN, Douglas; KWAUK, Christina. Sport and Development: An Overview, Critique, and Reconstruction. **Journal Of Sport And Social Issues**, Minneapolis, v. 3, n. 35, p.284-305, 2011.

IBGE (Brasil). **PNAD - Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio**: Brasil e Síntese de Indicadores. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000018883109232014310419410583.pdf>> Acesso em: 21/03/2015

INTERNATIONAL OLYMPIC COMITEE (IOC). **International Inspiration Programme**. 2016b. Disponível em: <<https://www.olympic.org/news/international-inspiration-programme>>. Acesso em: 06 jun. 2016

INTERNATIONAL OLYMPIC COMITEE (IOC). **SPORT BUILDS BRIDGES**. 2016a. Disponível em: <<https://www.olympic.org/news/sport-builds-bridges>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

LEVERMORE, Roger. Evaluating Sport-for-Development: Approaches and Critical Issues. **Progress In Development Studies**, Desconhecido, v. 4, n. 11, p.339-353, 2011.

LEVERMORE, Roger. Sport: A New Engine of Development. **Progress In Development Studies**, Desconhecido, v. 2, n. 8, p.163-190, 2008.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: Questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.

O Outro Lado da Bola. Direção de Marcelo Migliaccio. [s.i]: Desconhecido, 2012. (52 min.), son., color.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **'Right to Play Belongs to Everyone'**, **Secretary-General Tells Olympic Aid Forum**. 2002. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2002/sgsm8119.doc.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

PAUGAM, Serge. **Las formas elementares de la pobreza**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

Portal da Copa. Governo Federal. **Gilberto Carvalho: "obras da Copa exigiram 9.600 desapropriações, e não 250 mil"**. 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/gilberto-carvalho-gilberto-carvalho-obras-da-copa-exigiram-9600-desapropriacoes-e-nao-250>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

REGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, Dinheiro e Cidadania**. São Paulo: Unesp, 2013. 248 p.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p.178-217, dez 2014. FapUNIFESP (SciELO). <<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-016003711>> Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000300178&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ROLNIK, Raquel. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: JENNINGS, Andrew et al. **Brasil Em Jogo: O que fica da Copa e das Olimpíadas?**. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2014. p. 65-71.

SANTOS FUTEBOL CLUBE. **Conheça os futuros craques do Santos FC**. 2016b. Disponível em: <http://www.santosfc.com.br/2016/05/serie-nossos-meninos-conheca-os-futuros-craques-do-santos-fc/>. Acesso em: 25 jun. 2016.

SANTOS FUTEBOL CLUBE. **Até logo, Geuvânio**. 2016a. Disponível em: <<http://www.santosfc.com.br/santostv/ate-logo-geuvanio/>>. Acesso em: 24 jan. 2016

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos; **Mobilidade Social: possibilidade real ou falsa esperança?** São Paulo, 2016. 19 slides, color.

SANTOS, Marinella Burgos Pimentel dos; SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos; LEMOS, Roberta Freitas. Deportes y Políticas Públicas Locales en América Latina in: SALINAS, Jorge; OCHSENIUS, Carlos. **INNOVACIÓN LOCAL EN AMÉRICA LATINA: Un recorrido por diversas experiencias latinoamericanas. Estudios e investigaciones**. Observatório Latinoamericano de la Innovación Pública Local, p. 340-370, 2010.

SPAAIJ, Ramón. SPORT AS A VEHICLE FOR SOCIAL MOBILITY AND REGULATION OF DISADVANTAGED URBAN YOUTH. **International Review For The Sociology Of Sport**, Desconhecido, v. 2, n. 44, p.247-264, mar. 2009.

SPINK, Peter. **O Pesquisador Conversador no Cotidiano**. Psicologia e Sociedade (Impresso), v. 20, p. 70-77, 2008.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**. Projeto História, p. 51-84. São Paulo, 1997.

UNESCO **Carta Internacional da Educação Física e do Esporte**. 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf>>. Acesso em: 20 mar, 2015

United Nations Inter-Agency Task Force on Sport for Development and Peace. **Sport for development and peace: Towards achieving the Millennium Development Goals**. New York, NY, 2003.

7. Anexos

Anexo 1: Tabela contendo as peneiras contatadas e informações sobre elas.

Clube/Empresa	Tipo	Data	Requisito	Obs
GO USA	Universitário	30/08/2015	R\$189,00	Mandei e-mail, não respondido
Corinthians	Sub-15	15/09/2015 a 18/09/2015; 14/10/2015 a 16/10/2015; 10/11/2015 a 13/11/2015;	Não dá pra ver	Todas as vagas lotadas
Corinthians	Sub-17	25/08/2015 a 28/08/2015; 22/09/2015 a 25/09/2015; 20/10/2015 a 23/10/2015; 17/11/2015 a 19/11/2015;	Não dá pra ver	Todas as vagas lotadas
Santos	Futebol de Base	Pré-avaliação por vídeo. Aqueles que interessarem, são convidados para uma avaliação pessoal.		Existem escolinhas do Santos, onde os jovens são observados, mas não é uma peneira propriamente dita
Lusa	Nascidos entre 97 e 2005	27/09/2015	R\$85,00	Os aprovados em uma peneira anterior voltam dia 14/09 às 08h no CT da Lusa
Juventus	15 e 16 anos	-	-	Para agendar: Tem que ir pessoalmente, de segunda a sexta entre 8h-14h e falar com Paulo. Entrada pela rua Juventus 600
São Paulo	Não tem peneira esse ano	Tem testes dentro da escolinha de futebol		
Palmeiras				Não tem informação no site. Tem um telefone do CT da categoria de base, que não atendem.
Pequeninos do Jockey				Como funciona: tem direito a duas aulas grátis. Depois que começar a jogar, os técnicos encaminham pras peneiras. Para começar a jogar lá, precisa ligar no 3751-4012 para agendar horário no final de semana. (É o telefone da matriz, mas só consegui contato com a filial)

Fonte: elaboração própria. **Atualizado em:** 24/12/2015.